

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS  
IMPLICAÇÕES NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO  
HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX E XXI**

GEORGE FRANCISCO CEOLIN

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DRA. SANDRA DE FARIA

GOIÂNIA  
ABRIL DE 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS  
IMPLICAÇÕES NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO  
HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX E XXI**

GEORGE FRANCISCO CEOLIN

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial do Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra de Faria.

GOIÂNIA  
ABRIL DE 2010

BANCA EXAMINADORA

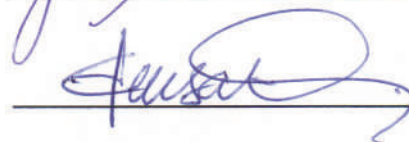
-----  
Dra. Sandra de Faria  
(Presidente)

  
\_\_\_\_\_

Dra. Maria José de Faria Viana  
(PUC-Goiás /Membro)

  
\_\_\_\_\_

Dra. Anita Cristina Azevedo Resende  
(UFG /Membro)

  
\_\_\_\_\_

Dra. Eleusa Bilemjiam Ribeiro  
(PUC-Goiás /Suplente)

  
\_\_\_\_\_

Mestrando: George Francisco Ceolin

A todas as pessoas que ainda mantêm a capacidade de indignar-se ante as diversas expressões das atrocidades e da banalização do humano, constituintes da modernidade do capital. Um brinde aos guerreiros!

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras:

Eleusa Bilemjiam Ribeiro,  
Germano Campos Silva,  
Liliana Patrícia Pereira,  
Marilene Aparecida Coelho,  
Lúcia Maria Moraes,  
Maria José Pereira Rocha,  
Regina Sueli de Sousa,  
Sandra de Faria,  
Maria José de Faria Viana,  
Walderez Loureiro Miguel,

pela valiosa contribuição na partilha de seus conhecimentos e experiências com nossa turma de mestrandos e mestrandas.

Aos assistentes sociais que participaram como sujeitos da pesquisa, com a certeza de que cada contribuição foi fundamental para que pudéssemos apreender a dinâmica contraditória e desafiadora dessa profissionalidade.

À companheira e professora **Sandra de Faria**, por acreditar e me fazer acreditar que nos tropeços do caminho do possível desafiamos os limites do impossível.

À professora **Regina Sueli**, pela energia que irradia e partilha com aqueles e aquelas com quem convive, e especialmente, pela que direcionou à minha pessoa quando dela precisei.

À professora, sempre presente, **Maria José Viana**, pelos momentos de partilha de sua experiência de vida acadêmica e de nos fazer acreditar que podemos alcançar nossos objetivos.

Às professoras **Anita Resende** e **Maria José Viana**, pelas importantes contribuições no exame de qualificação e na análise da dissertação, o que nos possibilitou identificar as mediações fundamentais para o objetivo da pesquisa.

Aos colegas de turma pela amizade e apoio construídos durante esse curto, mas profícuo percurso. Às companheiras **Altair Justino Micheli** e **Elizabeth dos Santos Moura**, o carinho especial pelos momentos de alegrias e desafios com que nos deparamos.

À sempre presente, **Juliana Espíndola de Castro**, pelos momentos de paciência, compreensão e carinho que fizeram a diferença na construção de relações de companheirismo que não se limitam às atribuições e funções acadêmicas.

À **Raquel Priscila Batista Trani**, pelo tempo em que se colocou ao nosso lado e pelas marcas e conquistas que construiu em sua trajetória.

Nossas homenagens póstumas à sempre presente **Ariane Dias Tavares**, pelo exemplo de conquistas e vitórias, quando elas parecem não estarem ao alcance.

A igualdade social é só em conto de fadas, felicidade é só em  
Sonho, só em mágica [...]  
Prevejo o mercado saqueado,  
bala de borracha, escudo do choque  
Tomando pedrada, guerra civil em praça pública socorro professor  
Com sangue no rosto, mordida de cachorro, sem teto, sem terra,  
Sem perspectiva, sem estudo, sem emprego, sem comida, o pavil da  
Dinamite ta aceso, qual será o preço pra eu ter os meus direitos.  
[...] não adianta ser milhões se não somos um,  
Ação coletiva, objetivo comum [...]

Discurso ou Revólver, Facção Central.

## SUMÁRIO

SIGLAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE ANEXOS.....	14
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
<b>CAPÍTULO I - TRABALHO, ALIENAÇÃO E FETICHISMO.....</b>	<b>32</b>
1.1 TRABALHO E SOCIABILIDADE.....	32
1.1.1 Trabalho ontológico e teleologia.....	32
1.1.2 O estranhamento do trabalho na ordem do capital.....	37
1.1.2.1 Trabalho e força de trabalho.....	38
1.1.2.2 Trabalho concreto e trabalho abstrato.....	42
1.1.2.3 Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital.....	44
1.1.2.4 Composição orgânica do capital.....	47
1.1.2.5 Trabalho estranhado e reificação.....	48
1.1.2.6 O fetichismo da mercadoria.....	52
1.2 TRABALHO ESTRANHADO E FETICHISMO.....	55
1.2.1 Gênese e estrutura da teoria da alienação em Marx.....	55
1.2.2 Estrutura da teoria da alienação na obra de Marx.....	60



1.2.3	Alienação e fetichismo.....	68
-------	-----------------------------	----

**CAPÍTULO 2 - CAPITAL MONOPOLISTA, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SERVIÇO SOCIAL..... 72**

2.1	A ORDEM MONOPÓLICA E AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL.....	72
-----	---	----

2.1.1	Gênese e significado social da profissão do Serviço Social.....	72
-------	---	----

2.1.1.1	A profissão do Serviço Social e o movimento de ruptura com o conservadorismo.....	83
---------	---	----

2.2	A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS NOVAS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS.....	85
-----	---	----

2.2.1	Crise do padrão de acumulação e <i>questão social</i> .....	86
-------	---	----

2.2.2	Acumulação flexível, precarização do trabalho e Serviço Social.....	94
-------	---	----

2.2.2.1	Desmonte do sistema público de proteção social.....	98
---------	---	----

**CAPÍTULO 3 - A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS (NOVAS) DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS..... 101**

3.1	AS EXPRESSÕES DA <i>QUESTÃO SOCIAL</i> EM TEMPO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	101
-----	---	-----

3.2	AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS POSTAS À PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS RESPOSTAS CONSTRUÍDAS PELA CATEGORIA.....	106
-----	--	-----

3.2.1	A categoria da mediação e a profissão do Serviço Social.....	106
-------	--	-----

3.2.2 A organização político-profissional do Serviço Social brasileiro.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	128

## SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COFI	Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
FITS	Federação Internacional de Trabalhadores Sociais
NUPESC	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estado, Sociedade e Cidadania
PPSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SISNEP	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Área de atuação dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em Goiânia-GO..... 24
- Tabela 2** - Natureza da instituição empregadora dos assistentes sociais em Goiânia-GO..... 24
- Tabela 3** - Amostra da pesquisa com assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em Goiânia-GO..... 25

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Precarização das relações e condições de trabalho na particularidade da profissão do Serviço Social..... 96
- Quadro 2** - Expressões do desmonte do sistema público de proteção social..... 99

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1 -</b>	Termo de consentimento livre e autorização do Cress 19ª Região-Goiás.....	128
<b>Anexo 2 -</b>	Declaração de cadastro e aprovação do projeto no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica de Goiás.....	129
<b>Anexo 3 -</b>	Termo de consentimento livre e esclarecimento de participação na pesquisa.....	130
<b>Anexo 4 -</b>	Consentimento de participação da pessoa como sujeito.....	135
<b>Anexo 5 -</b>	Roteiro estruturado de entrevista com assistentes sociais.....	136
<b>Anexo 6 -</b>	Instrumento de sistematização dos dados da pesquisa.....	145
<b>Anexo 7 -</b>	Memória de atividades acadêmicas e científicas em pós-graduação.....	148

## RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar os impactos das transformações societárias em curso no período histórico de transição dos séculos XX e XXI na particularidade da profissão do Serviço Social. Investigaram-se as mediações que se estabelecem entre as transformações no mundo do trabalho e a processualidade do exercício profissional dos assistentes sociais em seu cotidiano. A análise da categoria trabalho referenciou essa compreensão na particularidade histórica do modo de produção capitalista, desvelando seu significado como trabalho alienado na forma social de assalariamento. O movimento de reprodução do capital foi apreendido em sua particularidade histórica na ordem monopolista, contextualizando as condições sócio-históricas que demandaram a gênese e o significado social do Serviço Social. A pesquisa é reveladora das particularidades das formas de precarização do trabalho e das novas expressões da *questão social* no âmbito da profissão do Serviço Social, em tempo de padrão de acumulação flexível.

**Palavras-chave:** trabalho, alienação, fetichismo, profissão, Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze impacts of changes in society during the transition from 20th to the 21st century related to professional Social Work. Mediations connected to changes in the work system and the process of the social assistant profession were investigated. The work category analysis was reference to understand this issues into the capitalist mode of production and to unveil the concept of work alienation expressed by wage. The reproduction of capital system was understood in its historical monopoly order, considering socio-historical conditions in context present in the genesis and social significance of the Social Work. The research reveals particular forms of the work's precariousness and new expressions of the social issue within Social Work profession, under a flexible accumulation regime.

**Keywords:** work, alienation, fetishism, profession, social work.



## INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos diversos campos profissionais têm constituído uma pauta central do debate contemporâneo.

A reestruturação produtiva do capital mundializado, que no Brasil intensificou-se nas últimas décadas do século XX, provocou mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, interferindo fortemente nos trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação (NETTO, 1996).

Nessa perspectiva, a relevância dessa pesquisa consiste em apreender o impacto dessas transformações na particularidade histórica da profissão do Serviço Social, o que pressupõe o desvendamento de seus determinantes históricos e a compreensão da articulação das mediações que constituem seu significado social. Trata-se de condição fundamental para o enfrentamento dos novos contornos das questões sociais e dos novos padrões de regulação que se defronta com as políticas sociais na contemporaneidade, bem como para a apreensão do objeto de estudo proposto.

Conforme José Paulo Netto (1996), o problema teórico-analítico reside em explicitar e compreender como, na particularidade prático social de cada profissão, traduz-se o impacto das transformações societárias, determinando as mediações que conectam as profissões particulares àquelas transformações.

Ainda, o trânsito da análise dos fundamentos da profissão para a processualidade no âmbito de seu efetivo exercício cotidiano agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social da ação profissional do Serviço Social. Configurada como uma especialização inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 1986), essa ação realiza-se na forma social de assalariamento, na forma de trabalho alienado (MARX, 2001, p. 110-1122)<sup>1</sup>.

Conforme Iamamoto (1986, p. 79-80),

a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse a si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional.

Esse condicionamento sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir em seu trabalho concreto (nos marcos de um projeto ético-político construído historicamente pela categoria) e os limites e constrangimentos inerentes ao trabalho alienado, implícito na forma assalariada do exercício profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 214).

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho, assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores

---

<sup>1</sup> Na análise dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* de Marx, Meszáros (2006, P.18) esclarece: “o ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção de ‘trabalho’ (*Arbeit*). Nos *Manuscritos de 1844*, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como ‘atividade produtiva’: a determinação ontológica fundamental da ‘humanidade’ (*menschliches Dasein*, isto é, o modo realmente humano de existência) – como em sua acepção particular, na forma da ‘divisão do trabalho’ capitalista. É nesta última forma – a atividade estruturada nos moldes capitalista – que o ‘trabalho’ é a base de toda a alienação”.

materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades à realização da ação profissional.

Vale realçar, dentre os avanços do Serviço Social brasileiro, nos marcos da renovação e ruptura com o conservadorismo, o movimento profissional que potencializou tanto a crítica à condição assalariada do exercício profissional, como a crítica teórica e política formulada à perspectiva doutrinária e a-histórica da profissão (FARIA, 2003).

Aprender a particularidade histórica da profissão e de sua prática social exige investigar e examinar o complexo processo e o movimento que caracterizam as singularidades do efetivo exercício da profissão e suas mediações no âmbito dos processos e relações de trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho.

A pesquisa desenvolvida que integra o presente texto de dissertação de mestrado, para apreciação da Banca Examinadora e como parte das exigências para obtenção da titulação de mestre do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Católica de Goiás (PPSS/PUC Goiás) e insere-se na área de concentração: Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais e na linha de pesquisa: Teoria Social e Serviço Social, do referido programa.

A pesquisa aborda, portanto, as transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI e se inscreve na temática do exercício profissional do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia-GO,

desenvolvido na forma de assalariamento. E o *objeto de estudo* da pesquisa recai sobre a processualidade do trabalho profissional do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia, analisada pelas mediações da precarização do trabalho e das novas demandas postas à profissão no contexto da crise estrutural e de reestruturação produtiva do capital.

A revisão bibliográfica, os aportes teóricos recolhidos da literatura especializada e profissional e a pesquisa desenvolvida possibilitaram as aproximações analíticas ao objeto de estudo e à formulação das seguintes indagações:

a) quais as implicações das transformações societárias em curso na particularidade prático-social do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI?

b) como os assistentes sociais apreendem as (novas?) demandas apresentadas pelo processo de transformações em curso e que respostas e estratégias sócio-políticas são construídas no âmbito da profissão?

Com essa problematização, investigam-se, portanto, as implicações das transformações societárias decorrentes da reestruturação do capital na profissão do Serviço Social, e a processualidade da ação profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia nas novas condições sócio-históricas de transição dos séculos XX e XXI.

Precisamente são objetivos da pesquisa: investigar os impactos das transformações societárias decorrentes da reestruturação produtiva do capital na ação profissional dos assistentes sociais; compreender a processualidade do

trabalho profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia, nas novas condições sócio-históricas de transformações societárias fundadas no mundo do trabalho, nas décadas de 1990 e 2000, e analisar como os assistentes sociais estão apreendendo as demandas da profissão na conjuntura histórica contemporânea e quais respostas e estratégias estão sendo construídas pela categoria.

Entende-se que, por um lado, considerar as demandas apresentadas unilateralmente pelo mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do exercício profissional às exigências institucionais, subordinando a profissão às requisições do mercado.

Por outro lado, há que se considerar que, no Brasil, os assistentes sociais exercem atribuições e competências constitutivas de seu exercício profissional resguardados por um aparato normativo legal, fruto de lutas e conquistas historicamente construídos e garantidores de uma relativa autonomia profissional. Essa relativa autonomia é resultante da regulamentação do Serviço Social no marco legal como profissão liberal, com estatutos legais e éticos próprios.

A relativa autonomia de que dispõe o assistente social na definição de seus instrumentais técnicos e das escolhas operacionais que imprimem uma direção social ao seu exercício profissional pressupõe possibilidades de uma ação profissional potencializada por um projeto profissional e societário impregnado de história e coletivamente construído.

Diante desses pressupostos e aproximações analíticas, o objeto de estudo da pesquisa recai sobre a processualidade do trabalho profissional do Serviço Social

nos espaços sócio-ocupacionais situadas no município de Goiânia-GO e se orienta pela hipótese diretriz assim formulada: a ação profissional dos assistentes sociais, apreendida no conjunto das relações sociais em que ela se insere, está potencialmente habilitada a responder legitimamente aos desafios apresentados pelas demandas societárias contemporâneas, pela construção de estratégias e competências sociopolíticas articuladas com os princípios e diretrizes explicitados no projeto ético-político profissional.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para apreender as tendências dominantes no movimento do objeto no real e analisar suas mediações mais complexas, a investigação compreendem a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica.

A pesquisa bibliográfica está referenciada no debate clássico e no debate contemporâneo, tanto da temática principal, quanto das temáticas transversais à problemática estabelecida pelo objeto de pesquisa.

A pesquisa empírica de natureza qualitativa (MINAYO, 2004) desenvolveu-se em duas dimensões: a primeira, pela coleta, sistematização e análise de dados e documentos do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) - 19ª Região-Goiás (fontes secundárias); a segunda dimensão compreendeu entrevistas semi-estruturadas com assistentes sociais em exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais localizados no município de Goiânia, devidamente inscritos no Cress 19ª Região-Goiás.

A pesquisa de campo<sup>2</sup> foi realizada com uso da técnica de amostragem não probabilística (FIGUEIREDO, 2006), por escolha aleatória, segundo os critérios de representatividade da natureza da instituição empregadora (pública – municipal, estadual e federal, e privada – filantrópica e lucrativa) e da área de atuação profissional (criança e adolescente, previdência social, saúde, educação, assistência social e outras<sup>3</sup>).

Os profissionais incluídos na base de análise foram escolhidos conforme dados disponíveis no cadastro dos assistentes sociais que estão em exercício profissional no município de Goiânia do Cress 19ª Região-Goiás (Anexo 1).

No banco de dados disponível no Cress 19ª Região-Goiás figuravam, na data da consulta<sup>4</sup>, 1.313 assistentes sociais em exercício no município de Goiânia inscritos, sendo 1.177 como ativos pagantes e 136 como ativos isentos.

O banco de dados, na data da consulta, continha as especificações da área de atuação de 607 assistentes sociais, correspondendo a 46,23% do total dos profissionais inscritos no município de Goiânia (tabela 1).

---

<sup>2</sup> Campo de pesquisa é o recorte feito pelo pesquisador em termos de espaço, que representa uma realidade empírica a ser estudada com base nas concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação. Na pesquisa social, esse espaço é o lugar primordial da dinâmica de interação social (MINAYO, 2004).

<sup>3</sup> Foram entrevistados também assistentes sociais que atuam nas áreas de recursos humanos, sócio-jurídica, sistema prisional e esporte e lazer.

<sup>4</sup> A consulta no Cress 19ª Região-Goiás ocorreu em 19 de outubro de 2009.

Tabela 1

**Área de atuação dos assistentes sociais nos espaços sócios ocupacionais em  
Goiânia-GO**

<b>Área de atuação</b>	<b>Especificação</b>	<b>Índice (%)</b>
Saúde	217	36,0
Previdência e assistência	116	19,0
Assistência social/ Emprego e renda	93	15,0
Criança e adolescente	73	12,0
Educação	58	10,0
Recursos humanos	14	2,0
Outros <sup>1</sup>	36	6,0
Total	607	100,00

<sup>1</sup> Em outros: habitação, justiça, saúde, educação e lazer, família, educação, esporte e lazer, deficientes, assessoria, meio ambiente, ensino e pesquisa, migrantes, óbitos.  
Fonte: Cress 19ª Região-Goiás.

Quanto à natureza da instituição empregadora, o banco de dados continha 119 especificações de profissionais, correspondendo a 9,06% do total dos assistentes sociais inscritos no município de Goiânia-GO (tabela 2).

Tabela 2

**Natureza da instituição empregadora dos assistentes sociais em  
Goiânia-GO**

<b>Natureza da Instituição</b>	<b>Especificação</b>	<b>Índice (%)</b>
Pública Municipal	69	58,0
Pública Federal	26	22,0
Pública Estadual	13	11,0
ONG/Filantrópica	8	7,0
Privada	3	2,0
Total	119	100,0

Fonte: Cress 19ª Região-Goiás.



Ainda que os dados disponíveis estivessem limitados pela falta de informações cadastrais dos assistentes sociais inscritos no Cress 19ª Região-Goiás, eram os únicos disponíveis para a construção da amostra da pesquisa.

Esse quadro foi determinante para a definição das técnicas da pesquisa e fundamental para que se desse início à pesquisa. No entanto, também indicava a necessidade de confrontá-lo com as características (área de atuação e natureza institucional) da realidade atual pela observação empírica. É nítido o crescimento da profissão em áreas de gestão e assessoramento.

Desse modo, a amostra final da pesquisa incorporou os dados provenientes dessa observação (tabela 3). Vale registrar as dificuldades encontradas em efetivar as entrevistas agendadas na esfera pública municipal, em razão do formalismo exacerbado e mesmo do não atendimento de parte dos profissionais.

**Tabela 3**

**Amostra da pesquisa com assistentes sociais nos espaços sócios ocupacionais em Goiânia-GO**

<b>Natureza da instituição/ área de atuação</b>	<b>Pub. mun.</b>	<b>Pub. est.</b>	<b>Pub. fed.</b>	<b>Filant./ ONG</b>	<b>Privada</b>	<b>Amostra por área</b>	<b>Índice (%)</b>
Saúde	3	4	3	2	1	13	33,0
Previdência	-	-	2	-	-	2	5,0
Assistência	4	2	-	-	-	6	15,0
Criança/Adolescente	2	3	-	-	-	5	13,0
Educação	-	2	1	1	-	4	10,0
Recursos Humanos	-	1	-	1	1	3	8,0
Sócio-Jurídico <sup>1</sup>	-	5	-	-	-	5	13,0
Família, esporte e lazer	-	-	-	-	1	1	3,0
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Na área sociojurídica está incluso o sistema penal.

Fonte: dados da pesquisa empírica.

Foram realizadas 39 (trinta e nove) entrevistas com assistentes sociais em exercício profissional nos espaços ocupacionais situados no município de Goiânia (o que corresponde a 2,97% dos profissionais inscritos no Cress 19ª Região-Goiás, no município de Goiânia). Na amostragem não probabilística, foram considerados os critérios descritos (representatividade da natureza da instituição empregadora e área de atuação profissional).

Segundo Minayo, (2004, p. 43), “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade”. A amostragem deve possibilitar abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

Para assegurar as mediações complexas da processualidade do trabalho profissional, em um período marcado pela crise e reestruturação do capital que precarizam as condições de trabalho e reduzem direitos sociais, a investigação assumiu como parâmetro o período histórico das décadas de 1990 e 2000. A referência foi a chamada materialidade do projeto ético-político profissional (IAMAMOTO, 2007), com a regulamentação jurídica do Código de Ética (Resolução Cfess n.º 273/93, de 13 março de 1993) e da Lei da Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993), complementada posteriormente pelas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional (1996), e com crescimento da produção científica em pós-graduação, a partir da década de 1990.

Não foram sujeitos dessa pesquisa os assistentes sociais que

a) não estavam atuando profissionalmente por ocasião da aplicação do questionário de entrevista da pesquisa;

- b) não estavam devidamente inscritos no Cress 19ª Região-Goiás;
- c) exercem sua atividade profissional fora do município de Goiânia-GO.

Desenvolveu-se uma análise qualitativa dos dados coletados, organizados em categorias analíticas, em forma de texto. A interpretação dos dados está articulada e relacionada à fundamentação teórica, por meio de categorias conceituais apresentadas pelos autores estudados.

A pesquisa atendeu às normas da Resolução nº 196/96, do Ministério da Saúde (MS), a qual incorpora, pela ótica do indivíduo e da coletividade, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. Visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos profissionais participantes da pesquisa, conforme parecer consubstanciado do Comitê de Ética ao Projeto de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (anexo 2).

As entrevistas foram realizadas individualmente, com agendamento prévio, conforme disponibilidade dos sujeitos da pesquisa. A aplicação do questionário não expõe a integridade física, a dignidade humana ou ocasiona qualquer tipo de humilhação e preconceito, seja de ordem psicológica ou econômica, ao sujeito da pesquisa. Asseguraram-se a todo sujeito participante confidencialidade, privacidade, anonimato e proteção da imagem e a não estigmatização, sendo excluído qualquer tipo de simulação/fraude, dependência, subordinação ou intimidação (anexos 3 e 4).

Com as informações obtidas mediante a sistematização dos dados e das entrevistas com os assistentes sociais, foi produzido material submetido aos sujeitos,

para apreciação e aprovação e posterior inclusão em relatório da dissertação (anexo 5).

Espera-se que este estudo possa subsidiar e aprofundar os debates e reflexões sobre o exercício profissional pelo acúmulo de conhecimento fornecido por esta pesquisa.

Os resultados serão apresentados por meio de publicação impressa em CD Room, em oficina pública a ser realizada no Cress 19ª Região-Goiás, com convite dirigido a todos os profissionais participantes da pesquisa, em congressos, seminários e encontros, e, ainda, em unidades acadêmicas dos cursos de áreas afins.

A divulgação dos resultados poderá ser feita, integralmente ou em parte, por meio de relatórios de pesquisa, artigos publicados em periódicos, impresso ou *online*, apresentação em congressos, seminários, simpósios, conferências.

A propriedade do trabalho final é do autor, que por ser aluno do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Goiás, estará disponibilizando o estudo, análises e reflexões tanto para essa universidade, quanto para demais instituições de ensino e pesquisa interessados.

Os resultados ficarão disponíveis no PPSS/NUPESC/PUC Goiás, na Biblioteca Central/PUC Goiás, e Cress 19ª Região-GO. O material obtido ao término do estudo será armazenado no Cress 19ª Região-GO.

A presente dissertação foi estruturada de forma que o primeiro capítulo apresente categorias e referenciais teóricos que instrumentalizem as análises realizadas nos capítulos seguintes. Trata-se das condições sócio-históricas que

propiciaram a emergência da profissão do Serviço Social e sua processualidade histórica no período de hegemonia do padrão de acumulação flexível e a novas demandas apresentadas à profissão do Serviço Social, em razão das novas formas de expressões da *questão social* no período histórico de transição dos séculos XX e XXI, bem como as respostas e estratégias socioprofissionais construídas pela categoria.

No capítulo primeiro, *Trabalho, alienação e fetichismo*, desenvolve-se uma apresentação da categoria trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana. Recorrendo à concepção marxiana, a categoria trabalho é apresentada em seu sentido ontológico e na configuração de trabalho estranhado, na particularidade do sistema produtor de mercadorias.

São apresentadas referências teóricas que permitem a apreensão da transformação em suas determinações ontológicas de processo de trabalho para processo de valorização. Como processo de valorização, o modo capitalista de produção é domínio do trabalho objetivado sobre o trabalho que está em objetivação, é um processo de *reificação*. O produto do trabalho fixa-se no objeto, faz-se coisa, aparecendo como estranho ao próprio trabalhador.

A alienação do trabalho produz a alienação da consciência, que não coincide com sua individualidade. Dessa forma, nas condições da produção mercantil na sociedade capitalista desenvolvida, o fetichismo invade todos os espaços objetivos e subjetivos da vida humana, atingindo o íntimo do indivíduo (REZENDE, 2009).

No capítulo segundo, *Capital monopolista, acumulação flexível e Serviço Social*, são apresentadas as condições sócio-históricas de emergência da profissão

do Serviço Social, em decorrência do aprofundamento das contradições das particularidades da *questão social* no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopolista, e sua processualidade histórica de ruptura com o conservadorismo característico de sua gênese, nos marcos da crise estrutural do capital e da conformação do padrão de acumulação flexível.

A nova dinâmica do capital no estágio de acumulação flexível provocou uma *múltipla processualidade* na classe trabalhadora, generalizando a *subproletarização* do trabalho, as diversas formas de precarização do trabalho e o aumento do desemprego estrutural (ANTUNES, 1998), obscurecendo o universo do trabalho, atestando o caráter radical da alienação (IAMAMOTO, 2007).

As novas condições sócio-históricas, decorrentes da crise do padrão de acumulação fordista-keynesiano e a consequente reestruturação produtiva do capital como tentativa de resposta a ela, metamorfoseiam a *questão social* inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas.

O novo padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1998) modificou o mercado de trabalho, desregulamentando e flexibilizando suas relações, e reconduziu as formas de intervenção do Estado na *questão social*, alterando os parâmetros de constituição de seus sistemas de proteção social. Essas metamorfoses no mundo do trabalho (Antunes, 1998) alteram as demandas apresentadas aos assistentes sociais, bem como suas condições de trabalho enquanto trabalhadores assalariados.

No terceiro capítulo, *A profissão do Serviço Social e as (novas) demandas contemporâneas*, analisa-se a configuração das expressões da *questão social* em

tempos de padrão flexível de acumulação, buscando identificar as novas mediações que possibilitam aprender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na contemporaneidade, bem como as estratégias de enfrentamento construídos pela profissão do Serviço Social.

Nas novas condições sócio-históricas contemporâneas, as expressões da *questão social* apresentam-se com novas roupagens, aprofundando e recolocando suas contradições em novos patamares.

As transformações no mundo do trabalho impactam diretamente o conjunto das profissões e diretamente, a profissão do Serviço Social, tanto em seu objeto de intervenção quanto em suas condições e relações de trabalho.

As manifestações de precarização do trabalho convertidas em objeto e nas condições de trabalho dos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, são expressões da condição de precariedade do trabalho no tempo histórico de domínio do padrão de acumulação flexível.

## CAPÍTULO I

### TRABALHO, ALIENAÇÃO E FETICHISMO

#### 1.1 TRABALHO E SOCIABILIDADE

Desenvolve-se uma apresentação da categoria trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana. Recorrendo a concepção marxiana, a categoria trabalho é apresentada em seu sentido ontológico e na configuração de trabalho estranhado, na particularidade do sistema produtor de mercadorias.

##### 1.1.1 Trabalho ontológico e teleologia

O ser humano não só vive na natureza como é parte integrante dela, e a natureza é o corpo inorgânico do humano, já que ela mesma não é corpo humano. O ser humano viver da natureza, significa que ele deve estar em uma relação contínua com a natureza para não morrer. Assim, a natureza está interconectada consigo mesma, pois o ser humano é uma parte dela (MARX, 2004, p. 84).

Para Marx (2004, p. 84), o ser humano é um ser genérico quando se relaciona consigo mesmo como um ser universal e, portanto, livre. A vida genérica consiste na universalidade do ser humano no domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. O autor esclarece:

a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX, 2004, p. 84).



O ser humano “faz da sua própria atividade vital um objeto da sua vontade e da sua consciência”. Portanto, a vida produtiva é a vida genérica, é a vida que engendra vida. É no modo da atividade vital que se encontra o caráter genérico da espécie, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do ser humano (MARX, 2004, p. 84). Nas palavras do autor:

O homem faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e de sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. (...) A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre. (MARX, 2004, p. 84).

A mediação universal do ser humano no intercâmbio com a natureza dá-se pelo trabalho. O trabalho, independentemente de qualquer forma social determinada, é um processo em que o ser humano, por sua própria ação, “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, s.d., p. 202). Nesse sentido, o trabalho é uma “condição natural eterna da vida humana” (MARX, s.d., p. 208).

Marx (s.d., p. 202) expõe:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Pela mediação do trabalho, o ser humano não só efetua uma transformação da forma da matéria natural, mas realiza, ao mesmo tempo, seu objetivo na matéria natural, imprimindo ao material o projeto que tinha na mente, que determina a espécie e o seu modo de operar, e ao qual, portanto, tem que subordinar sua vontade (MARX, s.d., p. 202).

O trabalho exige a atividade orientada para um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho. E isso é tanto mais necessário quanto menos o trabalhador se sente atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua atividade, mas que lhe oferece, por isso mesmo, possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, s.d., p. 202).

Os elementos constituintes do processo de trabalho são a atividade orientada para um fim, ou seja, o próprio trabalho humano, a matéria que se aplica no trabalho, isto é, o objeto de trabalho; e seus meios ou instrumentos de trabalho (MARX, s.d., p. 202).

Tudo aquilo que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constitui objeto de trabalho fornecido pela natureza. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é filtrado por trabalho anterior, é matéria-prima. Portanto, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de já ter sido operado uma modificação mediada por trabalho (MARX, s.d., p. 203).

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que é utilizado pelo trabalhador como condutor de sua atividade sobre seu objeto de trabalho. O objeto do qual o trabalhador se apodera imediatamente não é objeto de trabalho,

mas meio de trabalho. Desse modo, faz-se de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão o qual se acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando seu próprio corpo natural (MARX, s.d., p. 203).

O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora existam em germe, em certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz que distingue o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, s.d., p. 204).

Além dos meios que medeiam a atuação do trabalho sobre seu objeto, servindo, portanto, de condutor da atividade, são considerados meios de trabalho, todas as condições objetivas necessárias para a realização do processo de trabalho (MARX, s.d., p. 205).

No processo de trabalho, após a atividade humana operar uma transformação no objeto, por meio de um instrumento, subordinada a um determinado fim, o processo extingue-se no produto. O produto é um material da natureza adaptado às necessidades humanas pela mudança de forma, é um valor de uso. O trabalho está incorporado no objeto sobre o qual atua, está objetivado (MARX, s.d., p. 205).

O engendrar prático de um mundo objetivado é a prova do ser humano como um ser genérico consciente, que se relaciona com a sua própria essência como ser genérico. É precisamente por isso que, na objetivação do mundo, o ser humano se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta objetivação é a vida genérica operativa. Por meio dela, a natureza aparece como obra e efetividade do trabalho humano. O objeto de trabalho é a objetivação da vida genérica humana:

“quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (MARX, 2004, p. 85).

Nesse sentido, a objetivação ou exteriorização da atividade do ser humano constitui-se em traço ontológico da atividade do trabalho humano genérico. Assim, o trabalho como atividade previamente idealizada e dirigida pela consciência é produto exclusivo da espécie humana, e ela por sua vez, é produto dessa forma de trabalho. O trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”, afirma Engels, (1876 *apud* ANTUNES, 2004, p. 13).

O pôr teleológico do trabalho é o instaurador do ser social. E o processo de trabalho, como modelo de *práxis*, abre caminho para a compreensão do modo de ser e se reproduzir do ser social como totalidades complexas e dinâmicas, com legalidades e estruturas particularizadas historicamente.

Portador do ser social, cada indivíduo é tanto singularidade quanto universalidade e só existe como ser social como ser que se objetiva. Para Marx (2004), a essência do ser social está no processo de socialização da sociedade – fazer recuar as barreiras naturais na atualização de crescentes possibilidades de novas objetivações – explicitação dinâmica e movente de uma estrutura histórica de possibilidades: a objetivação, a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Nesse sentido, o trabalho como pôr teológico coloca a possibilidade de escolhas entre alternativas concretas (NETTO, 1994).

Sendo a práxis a atividade criadora e expressão da especificação do ser social, o movimento histórico é a produção e reprodução dos seres humanos por si mesmos. E, nesse sentido, a história é sempre um campo aberto de possibilidades.

### 1.1.2 O estranhamento do trabalho na ordem do capital

O capital é um modo de controle do metabolismo social que instaura formas históricas qualitativamente novas de intercâmbio dos seres humanos com a natureza, da relação dos seres humanos entre si, e com sua própria atividade produtiva: o trabalho. O cerne essencial e a finalidade intrínseca da base material de produção da ordem metabólica do capital é a produção de mais-valia.

A sociedade que surgiu com o capitalismo industrial é a mais social que se constituiu no decorrer da história da humanidade. Nessa formação social, ocorre o recuo significativo das barreiras naturais em virtude do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. A natureza é, cada vez mais, constituída por determinações sociais.

Nesse sentido, na ordem sociometabólica do capital, a natureza tende a sofrer as determinações de uma ordem de metabolismo social voltada para a acumulação ampliada de mais-valia.

A produção e a circulação de mercadorias constituem as condições históricas que dão origem ao capital (MARX, s.d., p. 165). Assim, apreender as determinações e lógica de reprodução do capital é fundamental e fundante para a compreensão da temporalidade histórica sociometabólica do capital. Vale dizer, o capital é uma

categoria moderna, portanto, a crítica da ordem social do capital é a crítica da modernidade.

Marx (s.d., p. 165-197) apresenta a fórmula geral do capital na indicação: D-M-D' (na qual D é igual a dinheiro, M é mercadoria e D' é dinheiro acrescido de mais valor ou mais-valia. Ainda que seja de forma bastante simplificada, a fórmula apresenta o princípio estruturante da sociabilidade burguesa. Ela expressa a lógica do capital, qual seja, o movimento do dinheiro que busca se reproduzir no mercado em forma de mercadoria. O mercado, na ordem sociometabólica do capital, adquire uma importância determinante, tornando-se a mediação suprema da acumulação de mais-valia e estruturando o nexo produtivo e reprodutivo social.

É no processo de circulação que se realiza a transformação de dinheiro em capital que ocorre na esfera da produção (MARX, s.d., p. 219). Desse modo, a fórmula indica a plena expansão da mercantilização universal. No sistema do capital, tudo tende a tornar-se mercadoria.

#### 1.1.2.1 Trabalho e força de trabalho

A determinação fundante da sociedade capitalista é a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, a qual, pela instauração do “trabalho livre”, possibilita a venda e compra da força de trabalho, condição indispensável de produção de mais-valia.

O trabalho, na forma de mercadoria, sofre uma mudança radical em suas determinações ontológicas. A mercadoria em questão é muito particular, pois não é um objeto possuído pelo trabalhador, mas é o próprio trabalhador em sua

determinação particular, como força de trabalho. Nesse sentido, ocorre a alienação da própria subjetividade do trabalhador, já que a força de trabalho é o que permite a explicitação do trabalho, portanto, da própria explicitação da vida do trabalhador (NAPOLEONI, 1981, p. 54).

O processo de produção capitalista é necessariamente precedido pela especificidade da esfera da circulação, já que o capitalista, por meio da aquisição da força de trabalho, compra precisamente a condição subjetiva do processo de produção, premissa que determina a passagem da esfera da circulação à produção. A relação de compra e venda da força de trabalho é uma relação entre pessoas e não entre coisas. Portanto, o capital é uma relação social, mais precisamente, uma relação entre classes sociais.

Marx (1978, p. 36) declara:

O capital não é nenhuma *coisa*, do mesmo modo que o dinheiro não o é. No capital, como no dinheiro, determinadas *relações sociais de produção entre pessoas* se apresentam como *relações de coisas* para com pessoas, bem como determinados relacionamentos sociais surgem como *propriedades sociais naturais* das coisas. Sem *trabalho assalariado*, nenhuma produção de mais-valia existe, já que os indivíduos se relacionam como pessoas livres; sem produção de mais-valia não existe produção capitalista [...].

Capital e trabalho assalariado nascem em uma só operação e são duas faces da mesma realidade. A natureza geral do processo de trabalho não muda apenas pelo fato de o trabalhador executá-lo para o capitalista e não para si mesmo. A transformação dos métodos de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde. De início, a intervenção do capitalista não muda os métodos dos processos de trabalho (MARX, s.d., p. 209).

O processo de trabalho, quando ocorre como consumo de força de trabalho pelo capitalista, revela dois fenômenos peculiares, segundo Marx (s.d.): a) o trabalhador trabalha sob controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho durante o tempo em que o trabalhador vende o valor de uso de seu trabalho; b) o produto do trabalho é de propriedade do capitalista, e não do produtor direto, que incorpora o próprio trabalho aos elementos mortos constitutivos do produto (matéria-prima e meios de trabalho), que lhe pertencem igualmente. Portanto,

o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, s.d., p. 210).

Ocorre que, no modo de produção, em que o cerne essencial e finalidade intrínseca é a produção de mais-valia, os valores de uso das mercadorias somente são considerados como substrato material detentor de valor. Dessa forma,

o produto do processo de produção capitalista não é simplesmente *produto* (valor-de-uso), nem simples *mercadoria*, isto é, produto que tem um valor-de-troca; seu *produto específico* é a *mais-valia*. Seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor-de-troca, isto é, representam mais trabalho do que o adiantado para sua produção sob forma de dinheiro ou de mercadorias (MARX, 1978, p. 32).

Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção deve ser unidade de processo de trabalho de produzir valor de uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor (MARX, s.d., p. 211). O valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em



seu valor de uso, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (MARX, s.d., 211).

Na produção de um produto, deve ser considerado o tempo de trabalho socialmente exigido nos diferentes processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço, que devem ser percorridos para produzir cada elemento constitutivo do processo de trabalho de sua produção, como diversas fases do mesmo processo de trabalho. Assim, pode-se considerar o tempo de trabalho passado contido na matéria de trabalho e nos instrumentos de trabalho como se tivesse sido despendido em um estágio anterior ao processo de trabalho do produto presente (MARX, s.d., p. 212).

No entanto, duas condições devem ser preenchidas: a) a produção deve realmente ter servido a um valor de uso; b) deve ter sido aplicado somente o tempo de trabalho necessário conforme as condições sociais de produção dominante (Marx, s.d., p. 213).

A forma geral do valor surge como resultado do sistema produtor de mercadorias. O valor de cada mercadoria particular só adquire expressão geral à medida que as outras mercadorias expressam seu valor por meio do mesmo equivalente. Desse modo, o valor das mercadorias só pode ser expresso pela totalidade de suas relações sociais. Todo trabalho útil é reduzido à sua condição comum de dispêndio de força humana de trabalho. A massa de trabalho humano sem diferenciações revela, pela sua própria estrutura, que é a expressão social do sistema produtor de mercadorias, evidenciando que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho. (MARX, s.d., p. 75-76).

### 1.1.2.2 Trabalho concreto e trabalho abstrato

O processo de trabalho, como processo de valorização, não está orientado para a produção de um determinado valor de uso – ainda que esteja incorporado no produto como substrato material do valor –, portanto, o modo, a natureza e a qualidade que particularizam (subjéctiva e objectivamente) o processo de trabalho útil, ou seja, o trabalho concreto, não se distingue de outros processos de trabalho qualitativamente diferentes, como constituintes do mesmo valor global (e aí sim, diferindo-se quantitativamente, de acordo com a quantidade de trabalho socialmente necessário à particularidade de cada processo de trabalho). Nessas condições, já não se trata de conteúdo, natureza e qualidade, mas apenas de sua quantidade, ou seja, de trabalho abstrato (MARX, s.d., p. 213).

Em sua dimensão abstrata, o trabalho só interessa como dispêndio da força de trabalho (quantitativamente) e não como trabalho especializado (qualitativamente) (MARX, s.d., p. 214). A única razão pela qual o valor assume a base material desse ou daquele valor de uso, é tão somente sua afirmação como valor, ou mais precisamente, sua expansão como capital. A transformação do dinheiro em capital se dá como resultado directo da compra e uso da mercadoria força de trabalho, fundamento do processo de criação de valor.

A força de trabalho é uma mercadoria que contém em si duas grandezas inteiramente diferentes. O seu valor, como mercadoria, é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a manutenção dos meios de subsistência do trabalhador e de sua prole, condição necessária para o uso de tal mercadoria, bem como de sua continuidade pelas gerações. Entretanto, o seu valor

de uso, ou seja, o trabalho vivo que ela pode prestar é fonte de valor e de mais valor que ela mesma contém.

Segundo Marx (2006, p. 214),

o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua conservação e reprodução, mas o “uso” dessa força de trabalho só é limitado pela energia e pela força física do operário. O “valor” diário ou semanal da força de trabalho é completamente diferente do “funcionamento” diário ou semanal dessa mesma força de trabalho; são duas coisas completamente distintas, como são coisas diferentes a ração consumida por um cavalo e o tempo que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que limita o “valor” da força de trabalho do operário de modo algum limita a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar<sup>5</sup> (grifos do autor).

Por isso, no processo de produção, troca-se mais trabalho por menos trabalho, fundamento do processo de exploração capitalista. Esse é resultado específico que o capitalista busca, nos conformes das leis eternas da troca de mercadorias. Troca-se equivalente por equivalente. Como comprador, o capitalista paga toda mercadoria pelo valor e, como qualquer outro comprador de mercadoria, consome seu valor de uso. O vendedor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor e aliena seu valor de uso. Não pode receber um, sem transferir o outro (MARX, s.d., p. 215-217).

A troca de equivalentes no processo de circulação torna-se uma troca de desiguais no processo produtivo. Dessa forma, o dinheiro transforma em capital

---

<sup>5</sup> O texto citado é parte do relatório lido por Marx nas sessões do Conselho Geral da Primeira Internacional, nos dias 20 e 27 de junho de 1865. Publicado pela primeira vez em folheto à parte, em Londres (1898), com o título de Valor, preço e lucro, é a primeira exposição pública de Marx das bases da sua teoria da mais-valia (ANTUNES, 2004, p. 72; MARX, 2006, p. 69).

(MARX, s.d., p. 218-219). O D (dinheiro), da fórmula geral do capital, transformado pelo trabalho despendido pela força de trabalho em M (mercadoria), transforma-se em D' (valor valorizado ou capital).

### 1.1.2.3 Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital

Para Marx (1978, p. 18-19),

os meios de produção utilizados pelo operário no processo real de trabalho são, certamente, propriedade do capitalista, e na condição de capital se defrontam – (...) – com o trabalho, que é a própria manifestação vital do operário. No processo de trabalho efetivo, o operário *consome* os meios de trabalho como veículo de sua atividade, e o objeto de trabalho como a matéria na qual seu trabalho se apresenta. [...] Do ponto de vista do processo de valorização, entretanto, as coisas se apresentam diferentemente (...) não é o operário quem utiliza os meios de produção: são os meios de produção que utilizam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo como em seu órgão objetivo; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo, graças ao qual se converte em um valor que se valoriza, em capital, e como tal funciona. Os meios de produção aparecem unicamente como *absorventes* da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este se apresenta apenas como meio de valorização de valores existentes e, por conseguinte, de sua capitalização.

O processo de trabalho, como determinação técnica, mesmo inserido em um processo capitalista de produção, mantém ainda as formas em que se processava antes que a relação capitalista interviesse. Embora os meios de produção sejam o substrato material do capital, portanto, separados do trabalhador e se erguendo diante dele como coisas alheias ao próprio trabalho, no tocante à determinação do processo de trabalho, é o operário quem utiliza os instrumentos, em uma relação que mantém o trabalho vivo como sujeito do trabalho (subsunção formal do trabalho ao capital). O processo produtivo, como processo de trabalho, desenvolveu-se sob

formas técnicas que o capital ainda não conseguia tornar homogêneas a si mesmo (NAPOLEONI, 1981, p. 68).

No processo de valorização, a relação inverte-se: não é o operário quem utiliza os meios de produção, mas são os meios de produção que utilizam o operário, como portador de trabalho abstrato, cuja função é apenas conservar e aumentar o valor do capital.

No processo de produção, a parte do capital denominada capital variável é trocada pela força de trabalho. Portanto, no lugar do capital variável existe a força de trabalho viva, que entra em contato com o capital constante, ou seja, os meios de produção, que a consomem, conservando e aumentando seus valores.

Portanto, na esfera da circulação, a força de trabalho relaciona-se com o capital variável, mas no âmbito do processo de produção, ela se relaciona com o capital constante. Por meio dessa relação, surge o trabalho excedente, o capital constante absorve o trabalho vivo em quantidade maior do que a quantidade de trabalho contida na força de trabalho (NAPOLEONI, 1981, p. 62).

Como a mais-valia não tem outra determinação possível além de sua quantidade, o processo de trabalho encontra-se comprimido no interior da forma da subsunção formal do trabalho. A busca de aumentar a escala de reprodução da mais-valia, além de qualquer limite, determina a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital.

Todos os métodos para elevar a força produtiva social do trabalho conforme a lógica do sistema do capital tem seu fundamento na elevação da produção da mais-valia. Na subsunção real do trabalho ao capital o trabalho não se encontra apenas

inserido em um processo produtivo, cuja finalidade é a produção de mais-valia, mas a própria técnica, como processo de relação trabalho vivo e meios de produção, é transformada pelo capital, a ponto de tornar homogênea a relação formal já existente entre trabalho e capital. A técnica produtiva é especificamente capitalista, na qual a subsunção do trabalho ao capital se dá não apenas no terreno econômico, mas na própria materialidade do processo de trabalho (NAPOLEONI, 1981, p. 68).

As forças produtivas do trabalho social crescem por força da aplicação da maquinaria e da divisão técnica do trabalho, realizando-se plenamente a subsunção real do trabalho e, com ela, um modo de produção especificamente capitalista.

Marx (s.d., p. 726) comenta:

A conversão contínua da mais valia em capital se patenteia na magnitude crescente do capital que entra no processo de produção e se torna base da produção em escala ampliada, dos métodos que a acompanham para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais valia. Se certo grau de acumulação do capital se revela condição do modo de produção especificamente capitalista, este reagindo causa acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação do capital. Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante.

No modo de produção especificamente capitalista, a composição técnica e do valor do capital revela-se um processo dinâmico e contraditório. De um lado, a produtividade do trabalho social cresce, e, de outro, o decréscimo do trabalho vivo impulsiona a tendência de queda da taxa média de lucro.

#### 1.1.2.4 Composição orgânica do capital

No curso da acumulação do sistema capitalista, o desenvolvimento da produtividade do trabalho social torna-se a mais poderosa alavanca da acumulação. A produtividade do trabalho expressa-se pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto, com o mesmo dispêndio da força de trabalho, em um tempo dado.

Nas palavras do autor:

a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos (MARX, s.d., p. 723).

A mudança na composição técnica do capital (aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo) reflete-se na composição do valor do capital, com o decréscimo da parte variável do capital em relação à parte constante. Assim,

com a produtividade crescente do trabalho não só aumenta os volumes dos meios de produção que ele consome, mas cai o valor desses meios de produção em comparação com seu volume. Seu valor aumenta em termos absolutos, não só em proporção com seu volume. O aumento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o aumento da diferença entre a massa dos meios de produção em que se converte o capital constante e a massa da força de trabalho em que se transforma o capital variável. A primeira diferença cresce com a segunda, porém em grau menor (MARX, s.d., p. 724).

Desse modo, cada acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, cresce a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e das formas de produção especificamente capitalistas.

#### 1.1.2.5 Trabalho estranhado e reificação

No processo capitalista de produção, como essencialmente processo de valorização, é processo de domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do trabalho passado sobre o trabalho presente, do trabalho já objetivado sobre o trabalho que está em processo de objetivação.

Segundo Napoleoni (1981, p. 30), a inversão na relação trabalhador e instrumento de trabalho, que subordina o primeiro ao segundo, pondo de cabeça para baixo uma relação natural, é uma ulterior determinação do estranhamento do trabalho:

o trabalho é alienado, ou seja, tornou-se diverso de sua condição natural, não apenas porque foi eliminada a condição natural de unidade entre trabalhador e meio de produção, mas também porque se eliminou a condição natural segundo a qual o trabalho subordina a si o instrumento em vista de suas próprias finalidades (NAPOLEONI, 1981, p. 30).

Portanto, o processo capitalista é um processo de *reificação*. Tanto no sentido de o trabalho só contar como produtor de uma coisa exterior a si mesmo, quanto de que a parte do trabalho que já se converteu em coisa domina a outra parte do trabalho que ainda não se objetivou, portanto, ainda é trabalho vivo. O trabalho vivo



não tem outro sentido senão ser meio para aumentar o valor correspondente ao trabalho morto.

Nas relações capitalistas de produção, “o trabalhador torna-se a mais miserável mercadoria”. A miséria do trabalhador põe-se na relação inversa da potência e grandeza da sua produção. “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão”, afirma Marx (2004, p. 80). O trabalho não produz somente mercadorias, mas produz a si mesmo como mercadoria. “Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens”, assinala Marx (2004, p. 80, grifos do autor).

Desse modo, o objeto que o trabalho produz, sua objetivação, defronta-se com o trabalhador como um ser estranho, como um poder independente de seu produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixa no objeto, faz-se coisa. A efetivação do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação, como perda do objeto, a apropriação, como estranhamento ou alienação.

A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2004, p. 80). Assim,

quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando [...], tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio [...] que lê cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio [...]. O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. [...] ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* [...] do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* [...], mas, bem além disso, [que se torna uma existência]

*que existe fora dele [...], independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência [...] autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha* (MARX, 2004, p. 81, grifos do autor).

Portanto, “a relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos de sua produção” (MARX, 2004, p. 82).

O estranhamento não se revela apenas na relação com os produtos de seu trabalho, mas também, e sobretudo, na própria atividade produtiva, no ato da produção. O produto é somente o resumo da atividade da produção,

o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2004, p. 82).

Segundo Marx (2004), pelo fato de o trabalho ser externo e não pertencer ao seu ser, o sujeito que trabalha não se afirma no seu trabalho, mas nega-se nele. O trabalho não é a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele. A externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se o trabalho não fosse seu, mas de um outro, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. É a perda de si mesmo, o estranhamento de si mesmo (MARX, 2004, p. 83).

A terceira determinação do trabalho estranhado – que é decorrente das duas já analisadas – é o estranhamento do ser humano pelo próprio ser humano, de seu ser genérico. Aquilo que é produto da relação do humano com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do humano com outro

humano, como trabalho e objeto do trabalho de outro humano. O ser humano está estranhado de seu ser genérico, isto é, o ser humano está estranhado do outro, assim como cada um deles está estanhado da própria essência humana (MARX, 2004, p. 83-86).

O ser hostil ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho (estranhos ao produtor), para o qual o trabalho e seu produto estão a serviço, só pode ser o humano mesmo. “Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem”, assinala Marx (2004, p. 86). Se ele se relaciona com o produto de seu trabalho como objeto estranho a ele, um poder independente dele, então essa situação só é possível pelo fato de outro ser humano, independente e poderoso diante dele, ser o senhor desse objeto (MARX, 2004, p. 86-87).

Todo estranhamento de si mesmo e da natureza aparece na relação que o ser humano outorga a si e à natureza com os outros seres humanos dele diferenciados. Marx (2004, p. 87) esclarece:

*No mundo prático-efetivo [...] o auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva [...] com outros homens. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação [...], para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto que não pertence a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho [...] a atividade não própria deste.*

O trabalho alienado na sociedade burguesa, fundamentado na propriedade privada, não se constitui somente em um elemento da alienação do humano, mas também em um elemento da alienação da própria mercadoria.

#### 1.1.2.6 O fetichismo da mercadoria

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria provém da própria forma mercadoria. “A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores [...]”, diz Marx (s.d., p. 80). A quantidade de dispêndio da força de trabalho toma a forma da quantidade de valor dos produtos do trabalho, e as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. Assim,

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, s.d., p. 81).

O fetichismo do mundo das mercadorias decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias, e

a ilusão de igualdade que obscurece a natureza social do trabalho é proveniente da mercadoria, que, na sua forma fenomênica, não deixa transparecer as objetivações humanas que a constituíram, as subjetividades que nela se depositaram. Por isso, a mercadoria aparece como algo “fantasmagórico”, “místico”, “misterioso”, que oculta a vida inscrita no objeto, o abstrato inscrito no concreto, o passado no presente, o infinito no finito (RESENDE, 2009, p. 103).

A igualdade de diferentes trabalhos particulares assenta-se em uma abstração que despreza a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força de trabalho, de trabalho abstrato. Ao igualar, na relação de troca como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos particulares, de acordo com sua quantidade comum de dispêndio de força de trabalho (MARX, s.d., p. 82).

Netto (1981, p. 42) expõe:

o que os produtores realizam, sem a menor consciência, é a equalização do trabalho; só que esse processo, na dinâmica mesma da troca, é deslocado, transferido da interação dos produtores para a materialidade dos produtos em presença. Está posto o fetichismo: *relações sociais entre pessoas convertem-se em relações sociais entre coisas* (relações *factuais*, “naturais”). [...] o segredo a que se credita aquela *aparência misteriosa* [na forma mercadoria] – é histórico-social: a universalização da produção mercantil (grifos do autor).

A condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidade de valor. A forma valor é, em suma, forma equivalente geral. Portanto, mercadoria determinada, cuja forma natural se identifica socialmente à forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro. A forma geral do valor transforma-se em forma dinheiro do valor. A expressão simples e relativa de uma mercadoria

que esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro é a forma preço (MARX, s.d., p. 77-79).

O autor afirma:

é essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em conseqüência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência (MARX, s.d., p. 84).

Os produtos dos trabalhos úteis tornam-se mercadorias, por serem produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. “O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social”, declara Marx (s.d., p. 81).

No mundo fantasmagórico, em que o trabalho social se torna independente e domina a humanidade, é efetiva a inversão da relação entre o sujeito e o objeto que ele produziu, pois

a separação entre o sujeito e sua atividade vital é efetiva. Ao vender sua força de trabalho, o indivíduo está vendendo a si mesmo, sua energia vital objetivada na constituição de um objeto que não lhe pertence e no qual ele não se reconhece: separa-se do objeto que produz, distancia-se de si mesmo e, ainda, separa-se dos outros homens com os quais passa a antagonizar e concorrer (RESENDE, 2009, p. 91).

As relações de dependência entre as pessoas são convertidas, pela mágica do valor e do dinheiro, em relações de independência entre pessoas e de dependência entre coisas. As relações sociais entre pessoas são reificadas pela mediação do dinheiro, convertendo-se em relações sociais entre coisas.

Esse processo não se restringe aos fatores objetivos da realidade, que penetram no mundo subjetivo, espiritual e interior dos humanos, e, constituem a

base da perda das características específicas de sua humanidade (RESENDE, 2009, p. 105). À medida que se generaliza a produção de mercadorias, generaliza-se o processo de fetichização na sociedade, invadindo todas as expressões da vida humana. As expressões humano-genéricas tornam-se expressões estranhadas da realidade coisificada.

As manifestações fenomênicas que dão visibilidade à mercadoria tornam invisíveis suas relações sociais constitutivas de valor. Sua forma aparente não coincide com sua realidade efetiva. No processo de ocultação das relações humanas “está em curso a alienação das formas objetivas e subjetivas, materiais e espirituais do indivíduo” (RESENDE, 2009, p. 105). Desse modo, o fetichismo significa o desdobramento da vida humana em uma vida alienada, na qual os humanos se perdem a si mesmos.

## 1.2 TRABALHO ESTRANHADO E FETICHISMO

O fenômeno do fetichismo é expressão do estranhamento do trabalho na particularidade do modo capitalista de produção, como processo de *reificação*. A alienação do trabalho produz a alienação da consciência, e o fetichismo invade todos os espaços objetivos e subjetivos da vida humana.

### 1.2.1 Gênese e estrutura da teoria da alienação na obra de Marx

O conceito de alienação surgiu, na teoria de Marx, ressaltando a contradição que se manifesta na existência alienada de sua essência, e essa externalização e a alienação são modos de existência independentes e autônomos. O passo seguinte

do autor na direção de uma formulação mais concreta da questão da alienação esteve intimamente ligado às suas investigações sobre a natureza do Estado moderno (MÉSZÁROS, 2006, p. 68).

Analisando a problemática do Estado, Marx formulou seus primeiros juízos sobre a natureza e a função da religião. Criticando aqueles que sustentavam a opinião de que a queda das velhas religiões provocou a decadência dos Estados da Grécia e Roma, Marx contrapõe a visão de que foi a queda desses Estados que causou o desmoronamento de suas respectivas religiões<sup>6</sup>. Ainda que a esfera de referência de Marx estivesse restrita à política, essa formulação foi “um passo importante na direção de uma concepção materialista abrangente da totalidade complexa da alienação capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p. 69).

Segundo Mézárós (2006, p. 69), a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* é o trabalho mais importante para a compreensão do desenvolvimento da teoria da alienação de Marx até o outono de 1943. Vários elementos da teoria da alienação de Marx, desenvolvidos de uma forma sistemática nos *Manuscritos de 1844*, já estão presentes nesse trabalho: *divisão* da sociedade, determinação meramente *externa* do indivíduo, divórcio entre o homem e o seu ser *objetivo* na era da *civilização*. A *externalidade* do trabalho em relação ao indivíduo (fenômeno que ocupou, mais tarde, um lugar central na teoria da alienação de Marx), é considerada basicamente de um ponto de vista institucional-jurídico, derivando uma caracterização do capitalismo como a realização coerente do princípio do *individualismo*. Na concepção

---

<sup>6</sup> Marx, K. Artigo de fundo para o número 170 de *Kölnische Zeitung* (escrito em princípios de julho de 1842), em Marx-Engels, *On Religion* (Moscou, 1957) (MÉSZÁROS, 2006, p. 69).



posterior, Marx analisa o princípio do individualismo como uma “manifestação determinada pela alienação do trabalho, como um dos aspectos principais da auto-alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 70).

Outro estudo importante de Marx nesse período é o intitulado *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*<sup>7</sup>. Nesse trabalho, a tarefa principal da filosofia é definida como uma crítica radical das formas e manifestações não-sagradas da autoalienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 73). Marx ressalta que “a emancipação do alemão coincide com a emancipação do homem”, e enfatiza que “o sonho utópico da Alemanha não é a revolução radical, a emancipação humana universal, mas a revolução parcial, meramente política, que deixa de pé os pilares do edifício”, afirma Mézszáros (2006, p. 74, grifos do autor). Essas idéias são de grande importância, tanto do ponto de vista metodológico como prático. Nelas estão contidos os pressupostos para a compreensão da transformação da *parcialidade* em *pseudouniversalidade*, e que a política é apenas um aspecto *parcial* da totalidade dos processos sociais, não sendo possível a superação prática da alienação exclusivamente em termos da política.

No entanto, a oposição entre parcialidade e universalidade ainda é concebida de forma abstrata, restrita na negativa da parcialidade *política* como possível candidata a realizar a superação da alienação. Sua contrapartida positiva permanece inespecífica, como um *postulado* geral da *universalidade*. A identificação da

---

<sup>7</sup> Marx, K. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*. In: Marx-Engels-Werke, vol. I, p. 378-379 (publicado pela primeira vez no mesmo número de *Deutsch-Französischen Jahrbücher* em que apareceram os artigos sobre a questão judaica. Tradução inglesa: Marx-Engels, p. 41-58 de *On religion*. Moscou, 1957 (MÉSZÁROS, 2006, p. 73).

universalidade com a esfera ontologicamente fundamental da *economia* é uma conquista posterior do pensamento de Marx (MÉSZÁROS, 2006, p. 75).

No contexto de transformação do pensamento marxiano (1843-1844), Marx foi influenciado por um trabalho intitulado *Esboço de uma crítica da economia política*, escrito pelo jovem Engels, entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844. Nesse trabalho, Engels identifica a alienação com a propriedade privada, que “põe todas as relações naturais e racionais de cabeça para baixo”, e por isso pode ser considerada “condição inconsciente da humanidade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 77).

O texto de Marx que se segue, citado por Mézáros (2006, p. 77), é esclarecedor:

se abandonarmos a propriedade privada, então todas essas divisões não-naturais desaparecem. A diferença entre o juro e o lucro desaparece; o capital nada é sem o trabalho, sem o movimento. A significação do lucro é reduzida ao peso que o capital tem na determinação dos custos da produção; com isso, o lucro permanece inerente ao capital, da mesma forma que o próprio capital retorna à sua unidade original com o trabalho<sup>8</sup>.

Estimulado por esse trabalho de Engels, Marx intensificou o estudo dos clássicos da economia política, resultando em sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844 (MÉSZÁROS, 2006, p. 77). Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004), realiza sua primeira abordagem sistemática do conceito de alienação e formula duas séries complementares de questões. A primeira investiga por que há uma oposição hostil entre diferentes tendências filosóficas, entre filosofia

---

<sup>8</sup> Citado do apêndice ao volume que contém os *Manuscritos econômicos-filosóficos*, p. 175-209, trad. por Martin Milligan (MÉSZÁROS, 2006, nota 26, p. 77).

e as demais ciências, e entre a esfera teórica e a prática. A segunda série busca responder como é possível superar o sistema de alienação e estranhamento predominante na vida cotidiana, bem como nas concepções filosóficas alienantes (a questão da *transcendência* da alienação) (MÉSZÁROS, 2006, p. 22).

A primeira série de questões é articulada e estruturada pela segunda. “Assim, os problemas da ‘transcendência’ representam o ‘momento predominante’ [...] nessa inter-relação dialética das duas séries de questões”, alega Mézáros (2006, p. 22). Nesse sentido, a tomada de posição do filósofo para a superação das contradições que ele observa é um elemento irreduzível, no sentido dialético de uma determinação recíproca. Ao mesmo tempo em que a abordagem do filósofo sobre a *transcendência* determina os limites de sua visão da natureza das contradições de sua época, ela é também determinada “pela sensibilidade e pela profundidade da visão que tem o filósofo da problemática complexa do mundo em que vive” (MÉSZÁROS, 2006, p. 22).

Para Marx, a questão da transcendência sempre foi inseparável do programa de alcançar a unidade da teoria e da prática. Porém, só com a introdução do conceito de trabalho alienado no pensamento de Marx, esse princípio deixou de ser abstrato. Nesse sentido, quando o problema da transcendência foi concretizado – nos *Manuscritos de 1844* – como a negação e supressão da autoalienação do trabalho, segundo Mézáros (2006), nasceu o sistema de Marx.

Por isso, Mézáros (2006, p. 23-24) considera os *Manuscritos de Paris* um sistema *in statu nascendi*, no qual Marx desenvolve, pela primeira vez, as implicações da alienação do trabalho em todas as esferas da atividade humana, e

cujo núcleo estruturante é o conceito de transcendência da autoalienação do trabalho.

#### 1.2.1.1 Estrutura da teoria da alienação em Marx

O ponto central para compreensão da alienação é o conceito de trabalho. Nos *Manuscritos de 1844*, o trabalho é considerado tanto em sua concepção geral de atividade produtiva – como determinação ontológica fundamental da humanidade, como em sua concepção particular, historicamente determinada, na forma da divisão do trabalho capitalista. Nessa forma particular, o trabalho é a base de toda a alienação (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

Para o autor,

“atividade” (*Tätigkeit*), “divisão do trabalho” (*Teilung der Arbeit*), “intercâmbio” (*Austausch*) e “propriedade privada” (*Privateigentum*) são os conceitos essenciais dessa abordagem da problemática da alienação. O ideal de uma “transcendência positiva” da alienação é formulado como uma superação sócio-histórica necessária das “mediações”: *propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho* que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade (MÉSZÁROS, 2006, p. 78, grifos do autor).

Marx formulou sua crítica da alienação baseado nessas *mediações*. Não em uma negação de toda mediação – o que idealizaria uma *identidade* entre sujeito e objeto –, mas na negação de uma série de mediações de segunda ordem<sup>9</sup> (“mediação da mediação” alienada). Para Marx, o trabalho (como atividade

---

<sup>9</sup> Mediação de primeira ordem é a automeiação ontologicamente fundamental do ser humano com a natureza, a atividade produtiva como tal, um fator ontológico absoluto da condição humana. Mediação de segunda ordem são formas históricas específicas nos quais se configuram a ontologicamente necessária “mediação de primeira ordem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

produtiva) é o único fator absoluto <sup>10</sup> em todo o complexo: *trabalho – divisão do trabalho – propriedade privada – intercâmbio*. Portanto, qualquer tentativa de superar a alienação deve definir-se em relação a esse absoluto, e oposta à sua manifestação em uma forma alienada (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

A questão de uma *transcendência positiva* da alienação no mundo real deve partir da compreensão de que a *forma dada do trabalho* (trabalho assalariado) está para a *atividade humana* em geral como o *particular* está para o *universal*. Se o fator ontologicamente absoluto não é distinguido da forma historicamente específica, a “mediação de segunda ordem” aparece como uma “mediação de primeira ordem”, ou seja, como fator ontológico absoluto, sendo impossível colocar a questão de uma “transcendência real da alienação” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78-79).

Antes dos *Manuscritos de 1844*, a esfera da produção aparecia de forma abstrata como um aspecto das relações sociopolíticas. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a esfera material assumiu seu lugar de importância ontológica fundamental nos complexos de produção e reprodução social.

Segundo Mézszáros (2006, p. 79),

nessa obra [*Manuscritos*] o ponto de partida ontológico de Marx é o fato auto-evidente evidente de que o homem, parte específica da *natureza* (isto é, um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras), precisa *produzir* a fim de se manter, a fim de satisfazer essas necessidades. Contudo, ele só pode satisfazer essas necessidades primitivas criando *necessariamente*, no curso de sua satisfação por meio de sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades *não-físicas*, que se tornam condições igualmente necessárias à satisfação de suas necessidades físicas originais. As atividades e necessidades humanas de tipo “espiritual” têm, assim, sua base ontológica última na esfera da produção material como

---

<sup>10</sup> O trabalho é fator absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

expressões específicas de intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas. [...] A atividade produtiva é, portanto, o *mediador* na “relação sujeito – objeto” entre homem e natureza (grifos do autor).

Na atividade produtiva, em seus aspectos ontológicos, a relação entre ser humano e natureza é automediadora em duplo sentido. É a natureza que se medeia consigo mesma no ser humano, e a própria atividade mediadora é um atributo humano, localizado na natureza. Assim, *a natureza medeia a si mesma com a natureza e o homem medeia a si mesmo com o homem*. As mediações de segunda ordem perturbam essa relação e subordinam a própria atividade produtiva – sob o domínio de uma “lei natural” – às exigências da produção de mercadorias destinadas a assegurar a reprodução do indivíduo isolado e *reificado*. Os meios tornam-se os fins últimos, e os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins *reificados* de um sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem. A inter-relação original do ser humano com a natureza é transformada na relação entre trabalho assalariado e capital (MÉSZÁROS, 2006, p. 81-82).

“Uma negação adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem”, afirma Mézszáros (2006, p. 82).

Nas palavras de Marx (2004, p. 80),

o objeto [...] que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa [...] é a *objetivação* [...] do trabalho. A efetivação [...] do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* [...] do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*).

A objetivação do produto do trabalho aparece como perda do objeto, o trabalhador é despojado tanto dos objetos necessários à vida como dos produtos do trabalho. A apropriação da objetivação do trabalho aparece como estranhamento, pois, quanto mais produz o trabalhador, tanto menos possui e mais fica sob domínio do seu produto, do capital. Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, mais poderoso se torna o mundo objetivo que ele cria diante de si mesmo, e ele se torna tão mais pobre quanto menos ele pertence a si mesmo. “Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)”, assinala Marx (2004, p. 80). Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poder confere ao mundo objetivo que ele cria alheio a si mesmo, e tanto mais pobre se torna o trabalhador, tanto menos pertence a si próprio. O trabalhador objetiva-se no objeto, que não mais lhe pertence, mais ao objeto. Quanto mais ele se objetiva, tanto menos ele se efetiva.

O trabalhador não é o produto de seu trabalho. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto significa não só que seu trabalho se torna um objeto (uma existência externa), mas, muito além disso, que existe fora dele, independente e estranho a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele. O produto de seu trabalho aparece-lhe como hostil e estranho (MARX, 2004, p. 81). Na determinação do objeto de seu trabalho como objeto estranhado estão todas as demais manifestações do complexo de alienações em todas as esferas da atividade humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 21 e 23).

Para Marx, o conceito de alienação compreende as manifestações do estranhamento do ser humano em relação à natureza e a si mesmo, de um lado, e

as expressões desse processo de alienação na relação de seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana) e de seu ser com os outros seres humanos, de outro (MÉSZÁROS, 2006, p. 20-21).

A primeira das características do trabalho alienado “expressa a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, que é ao mesmo tempo, segundo Marx, sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20, grifos do autor).

Quanto mais o trabalhador se apropria, por meio do seu trabalho, do mundo exterior sensível, mais ele se priva dos meios de vida: primeiro, porque sempre a natureza exterior sensível “deixa de ser um objeto pertencente de seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho”; segundo, porque a natureza exterior cessa, no sentido imediato, de ser “meio para a subsistência física do trabalhador” (MARX, 2004, p. 81).

O autor conclui que o trabalhador se torna “um servo do seu objeto”, e o auge dessa servidão “é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2004, p. 82).

A relação imediata do trabalhador com seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção. Nesse sentido, a segunda característica da alienação do trabalho é a expressão da relação do trabalho no “*ato de produção*, dentro da própria *atividade produtiva*”, como atividade estranhada e alheia ao ser que produz (MARX, 2004, p. 82).

O autor questiona:



*Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio [...] ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo [...] da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2004, p. 82 – grifos do autor).*

Essa exteriorização do trabalho consiste justamente na desapropriação do objeto de seu ser produtor, na negação do produtor pelo objeto criado. Por isso, o trabalho não é a satisfação de uma carência, mas apenas um meio para satisfazer necessidades fora dele. E ainda, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se não fosse seu produto, mas de um outro, como se o trabalhador no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. É a perda de si mesmo, o auto-estranhamento (MARX, 2004, p. 82-83).

A terceira característica dessa alienação do trabalho é o estranhamento do ser humano em relação ao seu ser genérico, a sua própria essência humana.

O trabalho estranhado faz

*do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, a sua essência humana (MARX, 2004, p. 85, grifos do autor).*

Uma consequência imediata do ser humano “estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (MARX, 2004, p. 85). O estranhamento do ser humano expressa-se na relação com o outro ser humano.

Todo autoestranhamento do ser humano de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros seres humanos diferenciados de si mesmo (MARX, 2004, p. 87).

O autor acrescenta,

No mundo prático-efetivo (*praktische wirkliche Welt*) o auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva (*praktisches wirkliches Verhältnis*) com outros homens (MARX, 2004, p. 87).

Por meio do trabalho estranhado, o ser humano engendra a relação na qual outros seres humanos estabelecem com a sua produção e o seu produto, bem como, a relação a qual estabelece com estes outros seres humanos. Assim como ele gere sua própria produção para sua *desefetivação*, assim como engendra o seu próprio produto para a perda, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si mesmo a sua própria atividade, apropria para o *estranho* a atividade não própria deste (MARX, 2004, p. 87).

“A atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a consciência alienada é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho”, assinala Mészáros (2006, p. 80).

Como resultado da autoalienação do trabalho, o *corpo inorgânico do homem* (que não é simplesmente aquilo que é dado pela natureza, mas a materialização dos produtos de um estrutura historicamente dada da atividade produtiva – dos bens materiais às obras de arte) aparece como meramente externo a ele, e portanto, possível de ser transformado em uma mercadoria. As relações ontológicas

fundamentais são viradas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com a objetivação de seu trabalho como mero objeto *coisificado* em mercadoria totalmente estranha a ele. Seu corpo inorgânico foi alienado dele. Ele não tem consciência de ser um ser genérico, sua essência não coincide diretamente com sua individualidade (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

Na forma capitalista da divisão do trabalho, a atividade produtiva não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o ser humano e a natureza, em virtude de *reificar* o ser humano e suas relações, transformando a consciência da espécie humano-genérica em um culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. Ao identificar a essência humana com a individualidade, a natureza biológica do ser humano é confundida com a sua própria natureza humana (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

Para Marx (2004, p. 83-84),

o homem é um ser genérico não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como um ser *universal*, por isso, livre.

A mera individualidade – que é uma categoria universal da natureza em geral – exige apenas meios para a sua subsistência, mas não formas especificamente humana, isto é, sociais (MÉSZÁROS, 2006, p. 80). Portanto, a atividade produtiva é atividade alienada quando não cumpre a função de mediar humanamente à relação sujeito e objeto entre o ser humano e a natureza. E, em vez disso, leva o indivíduo

*reificado* a ser reabsorvido pela natureza. É a “condição inconsciente da humanidade”, segundo o jovem Engels, como afirma Mészáros (2006, p. 81).

A transcendência da alienação dá-se, portanto, com a crítica às mediações historicamente específicas na sociedade capitalista.

### 1.2.2 Alienação e fetichismo

O desvelamento da complexidade da forma mercadoria e a constatação do *valor como função do trabalho* permite a compreensão da categoria trabalho em sua dimensão ontológica, como constitutivo do ser social; e em sua dimensão econômico-social histórica, nas condições da produção capitalista.

Nas condições da produção capitalista, o trabalho dos produtores privados, pela troca, adquire uma existência social distinta da sua existência material. O trabalho privado – na forma histórica determinada da divisão social do trabalho – aparece como trabalho abstrato. O trabalho útil, transformado em mercadoria, torna-se independente dos outros, e se relaciona mediante a equalização do trabalho valor pela quantidade de dispêndio da força de trabalho, transferindo a relação entre os produtores para a relação entre a objetivação do trabalho materializado, na forma de um produto independente do produtor.

A alienação é um complexo de causalidades e resultantes históricos e sociais que se desenvolvem quando os agentes sociais particulares, por não captarem as mediações sociais que os vinculam à totalidade da vida social, não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e

intervenção. Assim, essas formas aparecem-lhes como alheias e estranhas (NETTO, 1981, p. 74-75).

O fetichismo é a *concretização histórico-social* da expressão da alienação engendrada na especificidade do modo capitalista, a reificação. A sociedade burguesa constituída, sem anular as formas alienadas oriundas das sociedades que a precederam, instaura processos alienantes particulares postos pelo fetichismo e que redundam em formas alienadas reificadas (NETTO, 1981, p. 76).

As formulações do fetichismo permitem apreender os fenômenos próprios do mundo burguês consolidado. Afirma Vásques (2007, p. 452): “o fetichismo econômico não passa da forma concreta da alienação nas condições da produção mercantil numa sociedade capitalista desenvolvida”.

Conforme Resende (2009, p. 109-110),

o fetiche [...] invade todos os espaços da vida humana, seja os ligados à vida objetiva, seja os da vida subjetiva, atingindo o íntimo do indivíduo. Afinal, não é somente como produtor que o indivíduo se defronta com as formas fantasmagóricas da realidade, mas também como sujeito que se objetiva e não se reconhece no objeto que ganhou vida própria, como sujeito individual e coletivo que não reconhece a si nem os outros indivíduos. A fetichização atinge aquilo que deveria ser o resguardo da autonomia do sujeito: sua consciência. [...] A realidade fetichizada penetra a consciência do indivíduo e o faz perceber, como “naturais” e “verdadeiras”, as aparências das formas fetichizadas da realidade.

Nas condições econômico-sociais do *capitalismo tardio* (MANDEL, 1985), a organização capitalista da vida social avançou sobre todas as expressões e manifestações da vida humana. Segundo Netto (1981, p.81),” a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e o consumo

articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares”.

Na idade avançada do monopólio, que dá-se a universalização total da forma mercadoria inserida no conjunto das relações que extrapolam os circuitos das trocas, envolvendo todos os espaços da vida e transformando estruturalmente o modo de emergência das relações sociais. Na imediaticidade da vida social, universalizam-se os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, que se encontram na base do *mistério* da forma mercadoria.

A *factualidade* do social, só pertinente às formações econômico-sociais no capitalismo tardio – no qual o modo de produção capitalista consolidou sua dominância – instaura uma objetividade imediata que apresenta uma “naturalidade” que não se remete à natureza, e que, portanto, se constitui em uma pseudo-objetividade (NETTO, 1981, p. 83-84).

O autor continua:

O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser o fetichismo de todo o intercâmbio humano (NETTO, 1981, p. 85).

A sociedade burguesa constituída repõe a *factualidade* alienada e alienante com que a forma mercadoria mistifica as relações sociais em todas as instâncias e níveis sociais, na especificidade da reificação. A totalidade das objetivações sociais reificadas é enquadrada em uma equalização geral que orienta o comportamento

dos agentes sociais particulares, constituindo, como padrão geral de emergência do ser social, uma pseudo-objetividade posta pelo capitalismo tardio (NETTO, 1981, p. 86-88).

## CAPÍTULO II

### CAPITAL MONOPOLISTA, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SERVIÇO SOCIAL

#### 2.1 A ORDEM MONOPOLISTA E AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL

São apresentadas as condições sócio-históricas de emergência da profissão do Serviço Social, em decorrência do aprofundamento das contradições das particularidades da *questão social* no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopolista. Busca-se desvelar os fundamentos que justificaram sua configuração como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, bem como seu significado social.

##### 2.1.1 Gênese e significado social da profissão do Serviço Social

A profissão do Serviço Social está diretamente vinculada às demandas das contradições das relações sociais de produção e reprodução da ordem sociometabólica capitalista. Elas são assumidas pelo Estado como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (NETTO, 2006 b, p. 18).

A produção e a reprodução das relações sociais não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida



material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais.

Marx e Engels (2009, p. 31) expõem:

A produção das idéias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da processualidade da vida social em sua totalidade, portanto, de um determinado modo de vida. A reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida em suas determinações universalizantes e singulares, em suas tendências históricas e em suas manifestações cotidianas.

A compreensão do significado da profissão do Serviço Social só é possível ser desvelada se inserida no complexo processo de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas, e das correlações de forças sociais em disputa por ocasião de sua legitimação como profissão. A legitimidade da prática do Serviço Social institucionalizada e legalmente reconhecida como profissão é resultado do movimento processual de desenvolvimento da sociedade capitalista e

da exacerbação das contradições a ela inerentes, materializada e expressa na *questão social*<sup>11</sup>.

O Serviço Social surgiu como profissão no contexto historicamente determinado, o de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (NETTO, 2006, p. 18).

A particularidade da gênese histórica da constituição da profissão está umbilicalmente ligada a um momento específico de desenvolvimento do sistema capitalista, o de transição à sua fase monopolista. O Serviço Social constituiu-se como profissão pelas necessidades de respostas das classes dominantes às expressões da *questão social* e suas conexões genéticas se entrecruzam com as peculiaridades da *questão social* no âmbito da sociedade burguesa fundada na ordem monopólica.

Nas palavras do autor, a

particularidade da gênese histórico-social da profissão [...] está hipotecada ao concreto tratamento desta [da “questão social”] num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as *conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica* (NETTO, 2006 b, p. 18).

A organização monopolista do capital teve seu início nas últimas décadas do século XIX (MANDEL, 1985; SWEEZY e BARAN, 1986; BRAVERMAN, 1987). Nesse período, a concentração e centralização de capitais, em formas de trustes, cartéis e

---

<sup>11</sup> Usa-se a expressão *questão social* para expressar o conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista.

outras formas de combinação, começaram a firmar-se, e a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. A moderna era imperialista inaugurava-se, ao mesmo tempo, pelos conflitos armados pela divisão do globo em colônias ou em esferas de influência ou hegemonia econômica (BRAVERMAN, 1987, p. 215).

A idade do monopólio alterou significativamente a dinâmica da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo em que potencializou as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial, elas foram combinadas com novas contradições e antagonismos que tornaram mais complexos os sistemas de mediações que garantem a dinâmica societária burguesa (NETTO, 2006 b, p. 19-20).

O capitalismo monopolista é responsável pela introdução na dinâmica da economia capitalista de um conjunto de fenômenos. Segundo Sweezy (1977), os preços das mercadorias e serviços tendem a crescer progressivamente; as taxas de lucros são mais elevadas; acentua-se a taxa de acumulação e a tendência decrescente da taxa média de lucro e do subconsumo; concentram-se investimentos nos setores de maior concorrência; cresce a tendência de diminuir o uso da força de trabalho pela introdução de novas tecnologias; os custos de venda aumentam.

O alvo central da fase monopolista é a criação do mercado universal. Para atingi-lo, o sistema do capital busca a conquista de toda a produção de bens e de uma gama crescente de serviços em forma de mercadorias e inventa um novo ciclo de produtos e serviços. Muitos deles tornam-se indispensáveis à medida que a vida moderna vai mudando e destruindo as alternativas existentes.

O modo de produção capitalista faz surgir, ainda, uma força inteiramente nova, o crédito. Ele coloca à disposição dos capitalistas, isolados ou associados, os meios financeiros dispersos pela sociedade e se transforma em um imenso mecanismo de centralização de capitais.

A estrutura modificada das empresas capitalistas monopolistas aglomera-se em imensas unidades, em virtude da concentração e centralização de capital. A complexificação do controle operacional e gerenciamento das empresas monopolistas exige cada vez mais um processo de trabalho especializado, provocando nova textura na divisão social do trabalho, e personificando o capital na forma institucional, sob controle de uma camada especializada da classe capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 220-223).

O objetivo primário da nova estrutura da empresa monopolista moderna é o acréscimo dos lucros capitalistas pelo controle dos mercados (SWEEZY, 1986). A transformação de toda a sociedade em um gigantesco mercado é uma chave fundamental para a compreensão da história social recente (BRAVERMAN, 1987, p. 231).

No estágio mais primitivo do capitalismo industrial, havia uma quantidade limitada de mercadorias em circulação normal, e a família permanecia fundamental para os processos produtivos da sociedade. Praticamente todas as necessidades da família eram atendidas por seus membros. A produção de alimentos, a produção domiciliar de roupas e a fabricação de produtos de uso cotidiano da família, eram realizadas pela unidade econômica familiar. O papel do capital industrial era limitado pela demanda de seu mercado consumidor.

Durante o período de trânsito do capital concorrencial ao monopolista, o capital industrial lançou-se no cotidiano da vida familiar, alterando seu modo de ser e de localizar-se, transformando-a de unidade produtora em, cada vez mais, unidade consumidora de mercadorias. Com a expansão do processo de urbanização e civilização nos marcos burguês, se torna a única forma possível de atendimento às necessidades familiares<sup>12</sup>.

O desenvolvimento desse processo faz que a vida social se submetesse ao mercado. Essa estrutura social, erguida sobre o mercado, exige que as relações entre indivíduos e grupos sociais aconteçam por meio de relações de compra e venda.

Dessa forma, quanto mais a vida social se transforma em uma rede de atividades interligadas, mais as pessoas se tornam interdependentes e se atomizam em relação às outras. A família, de núcleo de produção e consumo da vida social, portanto, da produção conjunta de um determinado modo de vida, transforma-se em instância de consumo de padrões e valores artificialmente criados como necessidades.

O enfraquecimento das funções da família faz surgir novos ramos de produção para preencher as lacunas resultantes, e à medida que novos serviços e mercadorias ocupam os espaços nas relações humanas sob a forma de relações de mercado, a vida familiar e social é ainda mais debilitada.

---

<sup>12</sup> Uma abordagem da maneira pelo qual ocorre essa transição da subordinação da família e das necessidades sociais ao mercado pode ser encontrada no capítulo 13 – O mercado universal, da obra de Braverman (1987).

As metamorfoses a que são submetidas as relações familiares e comunitárias desconstroem a instância familiar como núcleo de sustentação de um modo de vida, que passa a ser regulada e fundada nas relações de mercado. Esse modelamento da vida social pela indústria capitalista monopolista impulsiona a inovação de produtos e serviços, e por sua vez, de novas indústrias.

A universalização da forma monopólica capitalista converte o produto do trabalho humano em mercadoria, subsumindo toda forma de produção de bens à forma capitalista de produção. O modo de produzir e reproduzir a vida material e social, fundada no trabalho, sofre uma profunda transformação, generalizando a relação de compra e venda da força de trabalho, e quase que excluindo outras possibilidades de produção dos meios necessários de vida.

A forma social de assalariamento do trabalho expande-se e se generaliza, constituindo um novo modo de vida social. A relação de compra e venda da força de trabalho é repleta de conflitos. Os vendedores de sua capacidade de trabalho, utilizando dos meios de produção e das matérias-primas, produzem um valor novo que não lhe pertencem e que não visa satisfazer suas necessidades. Pelo uso de sua capacidade de trabalho por determinado tempo, o trabalhador recebe como pagamento um salário para reconstituir e manter a capacidade produtiva sua e de seus familiares, garantindo assim, a continuidade da oferta da força de trabalho quando o capital dela demandar.

A forma do “trabalho livre” do sistema do capital, fundado na separação do ser que trabalha de suas condições de trabalho, condição *sine qua non* para que o

produtor tenha que vender sua capacidade de trabalho, torna o ser que trabalha um *pobre virtual* (IAMAMOTO, 2007, p. 159).

O trabalhador, não dispondo das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho, tem mera capacidade de trabalho, sendo, portanto, dotado de necessidades vitais. Sua capacidade de trabalho só pode ser objetivada quando demandado pelo capitalista. Assim, a obtenção de suas condições de vida depende de mediações sociais externas à sua vontade.

Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações qualitativas na composição técnica do capital. Ocorre crescente acréscimo de sua parte constante em relação à sua parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho.

A acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua expansão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. Dessa forma,

com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea ou alternativamente, por essas mudanças. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente uma população supérflua (MARX, s.d., p. 732).

Uma população trabalhadora excedente não só é produto e alavanca da acumulação capitalista, mas também condição de existência do modo de produção fundado no capital (MARX, s.d., p. 733).

Ocorre ainda que a dinâmica de reprodução do capital exige uma apropriação da parte do valor novo produzido necessário à manutenção da força de trabalho. Ao apropriar-se não apenas do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, o capital submete o trabalho às condições de precarização e de não atendimento das necessidades humanas do ser que trabalha, bem como de sua família.

Portanto, o pauperismo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é uma especificidade do modo de produção capitalista. A expansão do mundo urbano/industrial e a decorrente agudização da relação antagônica capital e trabalho assalariado expressam-se na precarização do trabalho e no desemprego. Cria-se um novo estrato de desamparados e dependentes que, excluídos pelo mercado, somam-se aos já existentes.

No contexto de ruína das habilidades de ajuda e cooperação fundadas na família e na comunidade, e da própria família como núcleo de produção e reprodução da vida social, o cuidado e o amparo dos seres humanos tornam-se cada vez mais institucionalizados (BRAVERMAN, 1987, p. 238). O aumento das instituições para atender aos excluídos e incapazes para o mercado, por sua vez, produz um enorme volume de serviços, que somados à reorganização de diversas outras atividades, tendo então como base o mercado, como hotéis, motéis, restaurantes, supermercados, lojas, escritórios, e outros, ensejam o surgimento de



imenso pessoal especializado, que reforçam a nova configuração da divisão social do trabalho na fase capitalista do monopólio (BRAVERMAN, 1987).

A expansão do pauperismo e das formas de manifestação dele decorrentes, resultado da generalização da forma social do trabalho assalariado e das legalidades sociais do modo de expansão do capitalismo, especialmente a precarização e o desemprego, dão um novo ímpeto às contradições antagônicas das relações de classe.

A classe operária, impulsionada pela organização e luta por melhores condições de vida de trabalho, impõe-se como sujeito político coletivo, exigindo seu reconhecimento pelo empresariado e pelo Estado.

Justamente quando as classes dominantes e o Estado precisam responder às demandas impostas pelo movimento da classe operária, a questão social ganha *status* que exige respostas mais elaboradas e sistematizadas, que não apenas a repressão militar. O Serviço Social é então demandado como profissão partícipe do conjunto de profissões que têm sua demanda justificada pelas necessidades de controle da força de trabalho e de legitimação da ordem societária burguesa, bem como das instituições e do próprio Estado como mediadores das classes e projetos em disputa na sociedade.

Em razão das dinâmicas e contradições próprias do capitalismo na sua fase monopólica, o Estado, capturado como instância política e econômica a serviço dos interesses monopolistas, é obrigado a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, tanto ocupada quanto excedente. O Estado é compelido a regular a sua pertinência a padrões determinados de consumo e a sua

disponibilidade para a ocupação sazonal, o que realiza, sobretudo, mediante os sistemas de previdência e segurança social (NETTO, 2006 b, p. 27-29).

O Estado, ao buscar legitimação política por meio do jogo democrático, torna-se permeável a demandas da classe trabalhadora, que podem nele fazer incidir seus interesses e suas reivindicações imediatas. Nessas condições, as expressões da *questão social* podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado, tornando-se alvo de políticas sociais (NETTO, 2006 b, p. 29).

Não se confundem as práticas filantrópicas e assistenciais anteriores com o significado e complexidade da prática profissional do Serviço Social. A institucionalização do Serviço Social como profissão, e, portanto, sua legitimação como trabalho especializado inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo, ocorreu associada à progressiva intervenção do Estado como regulador social, no contexto de expansão urbana e de consolidação do capitalismo monopolista.

A necessidade de compatibilizar as questões relativas aos interesses da industrialização e acumulação capitalista ao controle social e à legitimação do sistema com as necessidades dos que vivem do trabalho são demandas que requerem e legitimam socialmente a profissão. As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionalizou e se legitimou profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da chamada *questão social*, quando a intensidade e extensão de suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política (IAMAMOTO, 1986).

O Serviço Social no Brasil afirmou-se como profissão, estreitamente integrada ao setor público, face à progressiva ampliação da função reguladora do Estado, e vinculada a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas e a prestação de serviços sociais (IAMAMOTO, 1986, p. 79).

Na trama das relações sociais historicamente determinadas no processo de divisão social e técnico do trabalho, gestaram-se as condições para que o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento. Assim, a intervenção profissional necessitou modificar-se, como consequência das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo monopolista no país. Portanto, à medida que novas situações apresentam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a redefinir suas estratégias e procedimentos, no enfrentamento de novas demandas e requisições do mercado de trabalho e da dinâmica social.

#### 2.1.1.1 A profissão do Serviço Social e o movimento de ruptura com o conservadorismo

O Serviço Social brasileiro, na década de 1980, ainda que não significasse uma prática profissional uniforme ou nem mesmo preponderante, intensificou a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social (NETTO, 1994). Nesse sentido,

o debate brasileiro, do ponto de vista teórico-metodológico nos anos 1980, (...) avança da negação e denúncia do tradicionalismo ao enfrentamento efetivo de seus dilemas e impasses teórico-práticos (...) (IAMAMOTO, 1999, p. 236-237).

O amadurecimento da ruptura com o conservadorismo favoreceu a renovação teórico-metodológica da profissão. Nessa década, desenvolveu-se na categoria profissional um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos, predominantemente influenciada pela tradição marxista (NETTO, 1996).

Esse movimento – chamado de “intenção de ruptura” por José Paulo Netto (2006) – desencadeou o debate sobre a necessidade da criação de um perfil profissional dotado de competência teórico-crítica. Tratava-se da aproximação consistente às principais matrizes de pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social, de uma teoria social crítica que desvendasse os fundamentos da produção e reprodução da *questão social*.

Um perfil de uma competência técnico-política deveria possibilitar a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregar forças sociais em torno de rumo ético-políticos comprometido com valores ético-humanistas (IAMAMOTO, 1999).

A busca pela efetivação da legitimidade social do profissional do Serviço Social na dinâmica da divisão sociotécnica do trabalho só pôde ser enfrentada positivamente com o desenvolvimento de novas competências sociopolíticas e teórico-operativas. Portanto, as novas competências que se ancoram no projeto ético-político profissional remetem a profissão do Serviço Social à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização, isto é, ao conhecimento<sup>13</sup> sobre a realidade social (NETTO, 1996).

---

<sup>13</sup> José Paulo Netto esclarece que o termo conhecimento que utiliza tem o significado proposto por Iamamoto (2004, p. 37): “enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e acompanhamento atento da dinâmica conjuntural”.

A construção de um referencial teórico-metodológico que aponte como perspectiva uma práxis mediadora de uma nova ordem social exige que a referência seja a realidade social. Nesse sentido, o processo de construção do conhecimento profissional requer um projeto ético-político que expresse finalidades e intencionalidades para a compreensão da complexa e contraditória trama das relações sociais em suas múltiplas determinações.

O redimensionamento de profissões, em face das transformações societárias exige perceber as novas demandas apresentadas e as estratégias socioprofissionais e competências que são construídas como resposta às novas problemáticas.

Ao compreender o Serviço Social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, inserido na divisão social e técnica do trabalho, diferentes análises buscam afirmar a profissão e suas particularidades em face dos novos contornos da *questão social* e dos novos padrões de regulação com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade (IAMAMOTO, 1999).

## 2.2 A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS NOVAS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

Apresenta-se o movimento histórico do Serviço Social nos marcos da crise estrutural do capital e da conformação do padrão de acumulação flexível, que ao transformar o mundo do trabalho, metamorfoseia a *questão social* inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais.

---

### 2.2.1 Crise do padrão de acumulação e *questão social*

A mundialização do capital<sup>14</sup> (CHESNAIS, 1996), sob a hegemonia das finanças, redimensiona o trabalho e a sociabilidade na sociedade contemporânea. Trata-se de um período caracterizado pela crise do modelo de expansão do capital (CHESNAIS, 1996) e pelo processo de reestruturação produtiva<sup>15</sup> como tentativa de resposta a ela (ANTUNES, 1999, p.35-36). Suas manifestações localizam-se nos primeiros anos na década de 1970 (HARVEY, 1998, p. 134), estendendo-se e aprofundando-se até os tempos atuais. No Brasil, esse processo intensificou-se no início dos anos de 1990 (ALVES, 2000), como resultado da integração do país ao mercado globalizado, no estágio de acumulação flexível do capital<sup>16</sup> (HARVEY, 1998).

Essa crise de acumulação do capital caracteriza-se como crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (ANTUNES, 1999). Sua expressão fenomênica é a crise do modelo de acumulação fordista-Keynesiano e a

---

<sup>14</sup> Segundo Chesnais, trata-se de uma nova configuração no capitalismo mundial e nos mecanismos de comando de seu desempenho e de sua regulação, traduzido na capacidade estratégica dos grupos oligopólios em adotar enfoques e condutas globais (1996, ps 13 e 17).

<sup>15</sup> Entende-se por reestruturação produtiva o reordenamento do capital na área da produção e no âmbito da circulação, na tentativa de reverter à crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano (modelo que teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, responsável pelo longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973) em busca de maiores taxas de lucro. Este novo modelo de acumulação do capital (regime de acumulação flexível, conforme Harvey, 1998, p. 119), caracterizado pela introdução da microeletrônica e de novas tecnologias no sistema de produção, tem provocado profundas mudanças nas formas e condições dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo.

<sup>16</sup> Segundo Harvey (1988), acumulação flexível “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (p. 140).

consequente reestruturação produtiva do capital, cujos impactos não se restringem à esfera produtiva, impactando fortemente o conjunto da vida social.

O padrão de crescimento fordista-keynesiano, que, desde o segundo pós-guerra sustentara um modelo de desenvolvimento responsável pelas décadas de glória do capitalismo deu sinais de seus limites na primeira metade da década de 1970. Para responder a esse novo quadro, o capital monopolista empenhou-se em uma série de reajustes e reconversões que constrói a contextualidade em que se desenvolvem autênticas transformações societárias (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998).

Após o longo período de acumulação de capitais do pó-guerra (1945-1973), o sistema do capital<sup>17</sup> começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços foram marcados por um desenvolvimento lento e por uma superprodução endêmica em uma onda longa com tonalidade recessiva (MANDEL, 1990; CHESNAIS, 1996).

Os traços mais evidentes dessa crise do modelo de acumulação, segundo Antunes (1999), são:

a) queda da taxa de lucro, que acentuou a tendência decrescente da taxa de lucro;

b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção;

---

<sup>17</sup> Capital (como sistema) não se reduz ao modo de produção capitalista, segundo Mészáros (2002). O capital constitui uma estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho. Tal sistema sociometabólico já existia antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, como continuou a existir nos sistemas vigentes na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e demais países do Leste europeu durante várias décadas do século XX (que Mészáros chama de “sistemas de capital pós-capitalista”). Ainda, segundo Mészáros (2002), o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital.

c) financeirização da economia em um processo de mundialização do capital;

d) fusão entre capitais monopolistas e oligopolistas;

e) crise fiscal do Estado, com a retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado e o conseqüente desmonte do Estado de proteção social;

f) reestruturação produtiva do capital mundial, caracterizado pela flexibilização, terceirização e precarização do trabalho.

A crise do padrão taylorista/fordista/keynesiano, era, de fato, a expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital, em sua lógica destrutiva e incontrolável (MÉSZÁROS, 2002).

Essa nova dinâmica do capital obscurece como nunca o universo do trabalho, atestando o caráter radical da alienação:

No capital produtor de juros, o sistema capitalista atinge a forma extrema da sua alienação e do seu fetichismo. Temos aqui  $D - D'$ , dinheiro que gera dinheiro, valor que engendra valor, sem intermédio do processo que une os dois extremos. [...] Na forma do capital mercantil representa, pelo menos, um processo  $[D - M - D']$ . Na forma do capital produtor de juros [...] o movimento aparece diretamente sem a intervenção dos atos de produção e de circulação. [...] O capital aparece aí como uma fonte misteriosa, criadora dos juros, fonte do seu próprio crescimento [...]. A relação social se encontra conclusa na relação de uma coisa, o dinheiro, com ela mesma [...]. Eis o capital na sua forma de fetiche e o fetichismo do capital em toda a sua perfeição (MARX, s.d., p. 150-152).

A fetichização das relações sociais alcançou seu ápice na hegemonia do capital financeiro, obscurecendo e subvertendo a leitura das desigualdades sociais. As transformações no mundo do trabalho têm alterado às relações entre Estado e



sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social, tendo ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais.

O capitalismo monopolista, para enfrentar suas contradições imanentes, em um contínuo crescimento de prevalência do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável), recorre a um regime de acumulação flexível, que implica necessariamente, um correspondente modo de regulação social (NETTO, 1996).

A visibilidade das transformações que perpassam os processos sociais de produção e reprodução social vai tornando-se progressiva à medida que novos processos se tornam necessários ao capital monopolista, que se vê compelido a encontrar alternativas para a crise que o ameaça na segunda metade da década de 1970. Em 1974-1975, explodiu a “primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial” (MANDEL, 1990, p. 9).

Período de intensas transformações no modo de produção e reprodução social, os anos que se iniciam na segunda metade da década de 1970, estendendo-se até os tempos atuais, têm metamorfoseado as relações no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 1996; ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998; HOBBSAWM, 1995). As transformações do capitalismo global, que culminou no processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela introdução de novas tecnologias na produção e pela precarização das relações de trabalho, tem gerado a substituição de trabalho vivo por trabalho morto e desencadeado uma onda de desemprego estrutural.

As novas dimensões e expressões do mundo do trabalho na sociedade capitalista contemporânea têm sido caracterizadas por um múltiplo e contraditório processo de desconstrução da classe proletária fabril, que Antunes (1998) denominou desproletarização do trabalho industrial. Ocorre uma expressiva diminuição da classe operária industrial tradicional, notadamente a partir dos anos 1980 e 1990 (HOBBSAWM, 1995), acompanhada de uma acentuada mudança em seu perfil, da crescente subproletarização de um imenso contingente de trabalhadores, e da proliferação do desemprego estrutural.

A reestruturação produtiva provocou metamorfoses na relação capital-trabalho, intensificando a fragmentação do proletariado e aprimorando o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998; ALVES, 2000).

Ela propiciou ainda mudanças qualitativas na organização e gestão da força de trabalho e na relação de classes, impactando fortemente os trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação (NETTO, 1996).

O desencadeamento da crise estrutural da capital tem como uma de suas manifestações o desmonte dos mecanismos de regulação social que vigorou no período do pós-guerra. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reestruturação produtiva do capital mundial, bem como de seu sistema político e ideológico de controle e dominação. Assim,

a lógica que move as políticas de ajuste econômico neoliberais de desregulamentação da economia, de dissolução crescente do modelo fordista

de acumulação e de enfraquecimento e quebra do poder e organização sindical dos trabalhadores, é a de criar as “novas” condições materiais e ideoculturais de reprodução global do modo de produção capitalista (FARIA, 1997, p. 11).

Esse processo teve como marca decisiva uma generalizada ofensiva da burguesia e do Estado contra a classe trabalhadora e suas conquistas do período após 1945.

As transformações no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, produz uma múltipla processualidade na classe trabalhadora, que, de um lado, *desproletarizou* o trabalho industrial fabril, e de outro, ampliou expressivamente o assalariamento no setor de serviços. Generaliza-se uma *subproletarização* do trabalho, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal. Verifica-se uma significativa *heterogeneização* do trabalho, expresso sobretudo pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário, mas também pela incorporação do trabalho infantil e pela presença significativa de trabalho migrante, além da *desespecialização* ou *desqualificação* do operário industrial, e a criação dos trabalhadores multifuncionais (ANTUNES, 1998;1999).

A *processualidade contraditória*, de um lado, reduz o operariado fabril, e de outro, aumenta o assalariamento no setor de serviços, o subproletariado e o trabalho precário, incorpora a força de trabalho feminina e infantil, e exclui os jovens e os de mais idade. Ocorre, ainda, a *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. No entanto, o resultado mais brutal dessas transformações é a

expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global (ANTUNES, 1998).

A repercussão dessas transformações no movimento dos trabalhadores provoca uma nítida *tendência de diminuição das taxas de sindicalização*, bem como da crescente burocratização e institucionalização das entidades representativas de classe, e do esgotamento de seu modelo (ANTUNES, 1998).

No contexto de esgotamento do padrão fordista/keynesiano, emergiram no Ocidente o toyotismo e o regime de acumulação flexível, do qual são características a divisão de mercado mundializado, o desemprego estrutural, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a hegemonia financeira e a revolução tecnológica (HARVEY, 1998). Trata-se de tentativa do capital de recuperar seu ciclo de produção e repor seu projeto de dominação societal.

As novas condições sócio-históricas metamorfoseiam a *questão social* inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas.

O redimensionamento da relação capital e trabalho subordinado á lógica do capital mundializado, que desenvolve como nunca sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, tem implicado a redefinição dos papéis dos Estados nacionais, requerendo políticas de ajustes estruturais, reconduzindo suas formas de intervenção na questão social e alterando os parâmetros de constituição de seus sistemas de proteção social. Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais e, ao mesmo tempo, forte para traduzir essas demandas em políticas nacionais (PETRAS, 2002).

O projeto neoliberal é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda da rentabilidade e governabilidade, que enfrentou durante a década de 1970 (FIORI *apud* SOARES, 2003). O sistema do capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo a seus domínios o conjunto das relações sociais.

O projeto neoliberal expressa-se na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais e no desmonte das conquistas sociais historicamente conquistadas pela classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa de sua crise fiscal.

Dessa forma, o neoliberalismo difunde a idéia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para a do mercado e a filantropia. O pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo os direitos sociais como prerrogativa estatal e os metamorfoseando em dever moral; operando, assim, uma profunda despolitização da questão social, ao desqualificá-la como questão pública (YAZBEK, 2001).

Soares (2003, p.12) esclarece:

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o

provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social.

A redução dos gastos sociais e o desmantelamento do sistema público de seguridade social têm suas expressões na privatização, descentralização, focalização e programas assistenciais emergenciais. À precarização das relações de trabalho e ao desemprego estrutural, resultantes do processo de reestruturação do capital, somam-se mudanças regressivas na relação entre o Estado e sociedade quando a referência é a proteção social como direito do cidadão.

O novo modelo de expansão do capital altera a demanda de trabalho dos assistentes sociais, modifica o mercado de trabalho, altera os processos e as condições de trabalho nos quais os assistentes sociais ingressam como profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas.

### 2.2.2 Acumulação flexível, precarização do trabalho e Serviço Social

Nas novas condições sócio-históricas de crise do padrão de acumulação do capital, a intensificação da tendência decrescente da taxa de lucro (MANDEL, 1990; CHESNAIS, 1996) exige como resposta do capital o aceleração do crescimento e predomínio do capital constante sobre o capital variável. Altera-se significativamente a composição orgânica e técnica do capital, expressando mais profundamente a totalidade das contradições da ordem burguesa.

A crise de acumulação, que se caracteriza como uma crise estrutural (ANTUNES, 1999; MÉSZÁROS, 2009), tem sua expressão fenomênica na crise do modelo fordista-keynesiano – modelo responsável pelo longo período de expansão, que se estendeu de 1945 a 1973 – e na consequente reestruturação “produtiva” do capital como tentativa de resposta a ela.

As novas dimensões e expressões do mundo do trabalho na contemporaneidade têm sido caracterizadas por um múltiplo e contraditório processo de desconstrução da classe proletária, acompanhada de uma profunda mudança no seu perfil e da proliferação do desemprego estrutural (ANTUNES, 1998). A generalização do trabalho assalariado intensifica-se com sua expansão no setor de serviços, acompanhado da subproletarização das relações de trabalho, nas formas do trabalho precário, temporário, terceirizado e informal.

As expressões das transformações no mundo do trabalho contemporâneo, na particularidade da profissão do Serviço Social, reproduzem o movimento contraditório de expansão, precarização e complexificação do mercado de trabalho profissional. A pesquisa empírica com assistentes sociais em exercício profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais – seja pela natureza da instituição empregadora, seja pela área de atuação – revela alguns traços dessa complexa processualidade na particularidade do Serviço Social (quadro 1).

**Quadro 1**  
**Precarização das relações e condições de trabalho na particularidade da**  
**profissão do Serviço Social**

Precarização e desqualificação profissional  
Rotatividade de profissionais na relação de emprego  
Falta de condições para o desenvolvimento das atribuições profissionais  
Submissão do profissional as condições precárias de emprego  
Ausência de equipamentos e estrutura física  
Aporte de recursos próprios no exercício profissional  
Contratos de trabalho temporários  
Contratação por prestação de serviços  
Contrato em comissão  
Não realização de concursos  
Desigualdade salarial no mesmo órgão  
Ausência do cargo de assistente social na esfera municipal  
Não pagamento de gratificação prevista no Plano de Cargos e Salários na rede pública estadual  
Não pagamento de adicional noturno para plantonistas na rede pública estadual  
Falta de condições de trabalho refletido na impotencialidade profissional  
Não existência de Plano de Cargos e Salários na rede pública municipal  
Não pagamento de adicional por trabalho insalubre  
Não pagamento de ajuda de custo para transporte e falta do vale-transporte  
Contrato de trabalho temporário  
Jornada de trabalho nos finais de semana  
Rotatividade dos assistentes sociais na relação de emprego  
Precarização dos salários e das condições de trabalho  
Falta de equipamentos e estrutura física adequadas  
Terceirização de serviços



Duplo vínculo e a conseqüente sobrecarga de trabalho

Contratos precários de prestação de serviços e contratos de trabalho por tempo determinado, com perdas de direitos

Falta de investimentos para melhoria da área técnica no ambiente de trabalho

Diminuição de recursos orçamentários e de serviços

Necessidade de aporte de recursos próprios para garantir certos recursos materiais

Cortes orçamentários

Falta de profissionais

Falta de qualidade do exercício profissional devido ao descumprimento das normas legais

Redução das atividades de auditoria

Diferentes vínculos empregatícios

Redução do número de bolsistas (estagiários) e de profissionais concursados

Ausência de estudos aprofundados em questões do Serviço Social

Não pagamento de horas extras trabalhadas

Perdas da licença-prêmio, do vale-alimentação e do vale-transporte

Falta de concursos específicos

Contratos temporários

Diminuição de contratação de profissionais

Desemprego crescente

Contratos de prestação de serviços, sem garantia de direitos trabalhistas

Terceirização de serviços dificultando o trabalho da área do Serviço Social

Fechamento de unidade da instituição na qual funcionava o setor de Serviço Social em virtude de cortes de despesas

Diminuição de benefícios de repasse aos usuários e do número de profissionais

Jornada de trabalho maior que a contratada, sem pagamento de horas-extras

Fonte: Dados da pesquisa com assistentes sociais em exercício nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia entre novembro e dezembro de 2009.

As expressões da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade configuram-se como um traço da universalidade do modo de produção capitalista em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação.

#### 2.2.2.1 Desmonte do sistema público de proteção social

As novas condições sócio-históricas metamorfoseiam a *questão social*, adensando-a de determinações e relações sociais historicamente produzidas. Essas metamorfoses no mundo do trabalho, subordinado à lógica do capital mundializado, avançam na internacionalização da produção e circulação do capital e nas relações de trabalho, implicando a redefinição dos papéis dos Estados nacionais. Suas políticas de ajustes estruturais reconduzem suas formas de intervenção na *questão social* e alteram os parâmetros de constituição de seus sistemas de proteção social. O padrão de acumulação flexível exige novos padrões de regulação social.

A pesquisa realizada com os assistentes sociais expressa alguns traços indicativos do desmonte do sistema público de proteção social (quadro 2).

## Quadro 2

### Expressões do desmonte do sistema público de proteção social

Redução da rede de atendimento disponível
Enxugamento de programas, exclusão de categoria de usuários beneficiados pelos programas
Redução dos recursos econômicos para o atendimento de benefícios dos usuários
Exclusão de dependentes dos segurados para acesso a benefícios e serviços
Cortes orçamentários dos programas e serviços
Terceirização de serviços e unidades
Redução das instituições participantes da rede de atendimento
Surgimento de fila de espera dos usuários para atendimento social
Política previdenciária voltada para a lógica de seguro
Redução do acesso dos trabalhadores aos benefícios
Fim dos recursos orçamentários para atendimento do segurado em situações de risco social
Precarização do trabalho e das políticas públicas
Minimização dos benefícios com a transferência de responsabilidades para a sociedade civil

Fonte: Dados da pesquisa com assistentes sociais em exercício nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia entre novembro e dezembro de 2009.

O desmonte do sistema público de proteção social consiste na expressão política<sup>18</sup> das respostas construídas pelo capital mundializado no enfrentamento de sua crise estrutural.

---

<sup>18</sup> A mundialização financeira unifica, em um mesmo movimento, a reforma do Estado, tida como específica da área política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a questão social, reduzida aos chamados processos de exclusão e integração social; a ideologia neoliberal e as concepções pós-modernas (Iamamoto, 2007).

A exigência na esfera da produção é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade para enfrentar a tendência de queda da taxa média de lucro, intensificada pelo rápido crescimento do capital constante na composição orgânica do capital.

A economia é movida em uma relação dinâmica e contraditória entre a reestruturação de seu parque produtivo e a destruição de parte significativa de seu aparato industrial. Os investimentos especulativos são favorecidos em detrimento da produção, raiz do agravamento da *questão social*, da redução dos níveis de emprego e da regressão das políticas sociais públicas (BEHRING, 2003) na sociedade contemporânea.

O Estado torna-se objeto de uma reformatação para adequar-se a lógica do capital mundializado, por meio de um abrangente processo de reformas (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

O mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, altera profundamente as relações entre o Estado e a sociedade, produzindo novas mediações históricas e reconfigurando a *questão social*.

As condições de trabalho e relações sociais nas quais se inscrevem os assistentes sociais são indissociáveis da contra-reforma do Estado (BEHRING, 2003).

**CAPÍTULO III**  
**A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS (NOVAS) DEMANDAS**  
**CONTEMPORÂNEAS**

3.1 AS EXPRESSÕES DA *QUESTÃO SOCIAL* EM TEMPO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

As expressões da *questão social*, fundada na contradição inerente à produção coletiva e apropriação privada da riqueza social na sociabilidade burguesa, são radicalizadas em tempos de hegemonia do capital financeiro, cada vez mais concentrado e centralizado. O padrão de acumulação flexível, ao acelerar a predominância do trabalho morto na composição técnica do capital, provoca alterações qualitativas na organização e relações da produção e nas estruturas e significados das profissões.

A incorporação de conquistas tecnológicas na globalidade do processo de produção, intensificado como nunca com a reestruturação “produtiva” do capital, acelera a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma maior concentração e centralização de capitais que, impulsionadas, ainda, pelo capital financeiro, ampliam a escala da produção. O avanço da produtividade do trabalho produz um decréscimo do capital variável inverso ao crescimento absoluto da população trabalhadora.

O processo da dinâmica do modo de reprodução capitalista sob predominância do capital financeiro produz uma massa de trabalhadores supérfluos

às necessidades do aparato reprodutivo do capital, provocando um verdadeiro *desastre social* (SOARES, 2003). Decifrar as novas mediações pelas quais se expressa a *questão social* em tempos de padrão flexível de acumulação significa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade, os processos de sua produção e reprodução, assim como projetar e forjar as estratégias para seu enfrentamento.

Quando as múltiplas e diferenciadas expressões da *questão social* são desvinculadas de sua fundamentação comum, desconsiderando os processos sociais em sua dimensão de totalidade, pulverizam-se e se fragmentalizam as diversas questões sociais, resultando na autonomização de suas múltiplas expressões. Transformam-se as expressões da questão social em problemas sociais, despolitizando e individualizando seu enfrentamento, tendo como foco de responsabilidade os indivíduos e suas famílias. A pulverização da *questão social* camufla a sua origem imanente ao sistema capitalista maduro.

A *questão social* expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando amplos segmentos da sociedade em situação de marginalidade em relação aos bens materiais e espirituais civilizatórios. As lutas dos proletários conquistaram seu reconhecimento como sujeitos políticos, rompendo o domínio das relações entre capital e trabalho no âmbito privado e extrapolando a *questão social* para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e legalização de direitos sociais da classe trabalhadora.

Na atualidade, a *questão social* é expressão de um conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista em sua fase monopolista, impensáveis sem a intermediação do Estado. Objeto de um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992), acompanhado da tentativa de naturalização da *questão social*, suas manifestações são transformadas em objeto de programas assistenciais focalizados de combate a pobreza ou em expressões de violência dos pobres, cuja resposta é a repressão.

Inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, a *questão social*, nas novas condições sócio-históricas contemporâneas apresenta-se com novas roupagens, aprofundando e recolocando suas contradições em novos patamares. O desmonte do sistema público de proteção social transfere responsabilidades da esfera estatal para a esfera de interesses privados, muitas vezes revestidas de ajuda e caridade das ações e de doação e voluntarismo na forma de execução das políticas sociais. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2007).

Os múltiplos processos que envolvem a reestruturação do capital em sua inserção à lógica do mercado mundial, e seus impactos no mundo do trabalho e nas relações sociais, determinam modificações na estrutura das profissões e no seu significado social.

Conforme Netto (1996, p. 89),

as alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão.

A compreensão das estruturas e do significado social das profissões passa exige aprendê-las em sua inserção no processo de produção e reprodução das relações sociais. O processo de reprodução da totalidade das relações sociais é um processo complexo, que contém em si mesmo a possibilidade do diverso, do contraditório, da mudança e do novo. Trata-se da reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social, que se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, relações de poder e antagonismos de classes. Envolve, portanto, a reprodução da vida material e espiritual, das formas de consciência social, mediante as quais os seres humanos tomam consciência das mudanças nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação. A reprodução das relações sociais não é mera reposição do instituído, mas também criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho, em cujo processo se aprofundam as desigualdades e se criam novas relações sociais em disputa pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Nessa concepção, a história é um vir-a-ser aberto às possibilidades, à criação do novo, que captura o



movimento e a tensão das relações sociais entre as classes, as formas reificadas que as constituem, assim como a possibilidade de ruptura.

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução das relações sociais, como atividade que contribui para o exercício do controle social e da ideologia dominante, como intervém nas condições que favorecem a reprodução da força de trabalho. Além disso, concorre para a reprodução das contradições que caracterizam a sociedade capitalista.

Iamamoto (1986, p. 94-95) esclarece:

como o processo de reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que a conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade. A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa também do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir.

A apreensão do Serviço Social na totalidade da dinâmica da vida social como condição para identificar o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, reporta, em sua mediaticidade, tanto aos objetos de intervenção quanto as suas condições e relações de trabalho.

## 3.2 AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS POSTAS À PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS RESPOSTAS CONSTRUÍDAS PELA CATEGORIA

As condições de trabalho dos assistentes sociais são profundamente atingidas pelas determinações da precarização do trabalho e sua autonomia sócio-profissional, limitada quanto ao seu direcionamento ético-político, seja pelo crescente domínio de uma tecnologia propiciada pelas condições de desenvolvimento da sociabilidade burguesa e pela generalizada burocratização da vida social (NETTO, 1992), seja pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional.

As manifestações de precarização do trabalho convertidos em objeto e nas condições de trabalho dos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, são expressões da condição de precariedade do trabalho no tempo histórico de domínio do padrão de acumulação flexível.

### 3.2.1 A categoria da mediação e a profissão do Serviço Social

O Serviço Social caracteriza-se por ser uma profissão interventiva, inscrita na divisão social e técnica do trabalho na fase madura da ordem capitalista. Seu caráter interventivo exige que, além de conhecer a realidade na sua complexidade, crie mecanismos para transformá-la na direção de determinado projeto sócio-profissional (PONTES, 2002). Esse desafio requer uma instrumentalidade que contenha um suporte teórico-metodológico à altura da complexidade da dinâmica social. Nesse

aspecto, a categoria de mediação<sup>19</sup> constitui-se em uma requisição indispensável ao desvelamento dos fenômenos sociais e à intervenção do assistente social.

A investigação demonstrou que a competência profissional está diretamente vinculada à reconstrução ontológica de seu objeto de intervenção e ao entendimento do espaço de intervenção do assistente social como um campo de mediações que se estrutura sobre determinantes históricos constitutivos dos complexos sociais.

O objeto de intervenção profissional, em sua imediaticidade<sup>20</sup>, apresentado unilateralmente como demanda institucional, conduz a uma mera adequação do exercício profissional às requisições do mercado de trabalho. O assistente social, em seu exercício sócio-profissional, transforma as necessidades sociais em demandas profissionais, realizando esse movimento de reconstrução do objeto de intervenção profissional na conjugação de categorias ontológicas e intelectivas com observações e dados empíricos. Com base no conhecimento da realidade de sua intervenção profissional, desvelam-se as mediações ocultas na aparição cotidiana, projetando os dados empíricos no plano das determinações universais.

A totalidade é um complexo constituído de outros complexos de menor complexidade (LUKÁCS, 1979). Cada complexo social articula-se em múltiplos níveis, por meio de múltiplos sistemas de mediações, a outros complexos, exigindo uma sequência real e lógica para entender a totalidade concreta. Assim, no ser social

---

<sup>19</sup> A mediação é compreendida como uma categoria objetiva, ontológica, que está presente em qualquer realidade, independentemente do conhecimento do sujeito. Tem uma dimensão que pertence ao real (ontológica), e outra que é elaborada pela razão (reflexiva). O campo privilegiado da mediação é a particularidade, na qual os fatos singulares se vitalizam com a legalidade da universalidade e, dialeticamente, as leis universais saturam-se de realidade (PONTES, 2002, p. 76-88).

<sup>20</sup> Imediaticidade é usada como categoria intelectual que corresponde à apreensão de uma dimensão abstrata do real, que não ultrapassa o plano dos fatos.

tudo é complexidade. O indivíduo, menor unidade da totalidade social, é um complexo, portador de variações infinitas, e, portanto, de grande complexidade, ainda que essa complexidade não elimine a manifestação fenomênica da singularidade, e esses complexos, como estruturas sócio-históricas tensas e contraditórias, encontram-se em permanente movimento.

Desta forma, o assistente social, com seu conhecimento especializado, compreende os fenômenos sociais como complexos sociais, e não mais como fatos sociais em si mesmos. O movimento que resulta dessa processualidade sócio-histórica cria uma dada legalidade social. O assistente social, identificando as mediações presentes entre a singularidade dos sujeitos de sua ação profissional e a universalidade de suas determinações sociais, apreende essa legalidade social. A mediação inscreve-se como complexo categorial responsável pelas relações moventes que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as estruturas sócio-históricas (PONTES, 1995, p. 81).

Os vários planos da realidade aparentam-se ao assistente social no plano da singularidade, como fatos isolados, e considerando que o profissional se encontra em um contexto institucionalizado, sua aproximação aos fatos se dá mediatizada por uma determinada demanda institucional. As demandas da instituição aparecem ao assistente social como um fim em si mesma, despidas de mediações que lhe conferem um sentido mais totalizante, e revestida de objetivos técnico-operativos e metas, organizadas em programas e projetos, e voltadas para uma área de atuação

específica. As demandas aparecem em sua dimensão imediata, reduzindo-se à manifestação fenomênica e fragmentadora do real.

Desse modo, os objetivos e finalidades norteadores da ação profissional reportam-se ao projeto ético-político e teórico-metodológico construído historicamente pela profissão, transversado pela natureza e pelos determinantes institucionais.

A elaboração reflexiva das demandas que se apresentam à ação profissional do assistente social em suas mediações ontológicas constitui condição para a ultrapassagem dos fatos em sua imediaticidade. O objeto de intervenção profissional como demanda exclusivamente institucional restringe-se ao ângulo da singularidade. A aproximação com as dimensões universais da realidade, com a sua legalidade social, é necessária para apreender como se constitui o campo das mediações da intervenção profissional.

A particularidade é espaço privilegiado de sínteses de determinações em que o sujeito, superando a aparência, processa o nível do concreto pensado, penetrando em um amplo campo de mediações. Segundo Pontes (2002, p. 46), “a particularidade é o espaço reflexivo ontológico onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza”.

A particularização de um campo de mediações possui um enorme potencial heurístico para a prática profissional do assistente social. Todo um conjunto de determinações e mediações, dissolvidas e ocultas na imediaticidade, ganham objetividade e significado, possibilitando a reconfiguração das demandas apresentadas pela instituição à intervenção profissional.

Sem que haja a apreensão intelectual e ontológica desses sistemas complexos, a configuração das demandas sociais para a intervenção profissional torna-se efetivamente empobrecida, o que afeta a reconstrução do objeto de intervenção profissional e, conseqüentemente, o resultado que a intervenção profissional pode alcançar.

Esse movimento que o sujeito opera, articulando conhecimento intelectual e observações empíricas, articulando as categorias histórico-sociais mais amplas e saturadas de determinações históricas, permite a reconstrução do objeto de intervenção profissional. O objeto da intervenção reconfigurado manifesta-se como um complexo relativamente total, rico em determinações histórico-sociais particularizadas. A compreensão e a apreensão das legítimas demandas sociais expressam-se na particularização dos vários sistemas de mediações presentes.

Esse conjunto de complexos que a razão apreende do real, mediante aproximações sucessivas, possibilita uma visão mais ampla e profunda da realidade social, na qual se inscreve a ação profissional. Esse movimento permite potencializar a intervenção profissional, que ainda que não se esgote na reconstrução do objeto, encontra sua definição teleológica fundamental nessa construção lógico-ontológico, e vincula-se a uma instrumentalidade<sup>21</sup> profissional que expresse uma competência teórico-metodológica e técnico-operativa determinada por uma direção social ética-política.

---

<sup>21</sup> A instrumentalidade é definida por Guerra (1995) como uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, no intervir das relações sociais, construídas e reconstruídas no processo histórico. Como uma propriedade sócio-histórica da profissão, a instrumentalidade constitui-se em possibilidade concreta de reconhecimento do significado social da profissão.

A apreensão dos elementos estruturais da realidade social, articulados com os elementos conjunturais, conjugados pelas mediações entre as dimensões universais e singulares, permite ao assistente social traduzir os dilemas contemporâneos em particularidades profissionais.

Em face do protagonismo da organização e das entidades profissionais na consolidação de estratégias e de uma competência sócio-profissional que traduza os avanços conquistados no campo da pesquisa e da produção de conhecimento na área do Serviço Social, vale retomar a hipótese norteadora da investigação, reformulada à luz das orientações da organização e das entidades profissionais: um contexto sócio-histórico de refração de direitos sociais requer dos assistentes sociais uma competência sociopolítica capaz de acumular forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que vislumbrem a redução do fosso entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Requer uma concepção de cidadania entendida como possibilidade de acesso universal dos indivíduos aos direitos civis, políticos e sociais e o aprofundamento da democracia como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, em uma perspectiva de autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CFESS, 1997).

### 3.2.2 A organização político-profissional do Serviço Social brasileiro

A edificação legal e legítima de um perfil profissional dotado de uma competência sociopolítica tem, na organização da categoria e de suas entidades de representação, um papel protagonista na denúncia do tradicionalismo e na

construção de estratégias profissionais que potencialize o exercício profissional na consolidação de um projeto ético-político profissional comprometido com a universalização dos direitos.

De acordo com Faria (2003, p.47),

a história recente do Serviço Social brasileiro atesta a relevância da sua organização política e o papel protagônico das entidades de representação da categoria na trajetória renovadora do pós-70. E, nesse sentido, é válido indagar como esse movimento sócio-profissional multifacetado e heterogêneo tornou-se fundamental para redirecionar as tendências teórico-metodológicas e ídeo-culturais no Serviço Social brasileiro. É pertinente também problematizar as vias de incorporação de demandas sociais efetivas no debate profissional e sua conversão em objetos de investigação e prioridades de ação programáticas das entidades profissionais.

A criação e funcionamento dos conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamentou as profissões e ofícios considerados liberais. O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei nº 3252, de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Esse decreto determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina a fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS)<sup>22</sup> (CFESS, 2009).

---

<sup>22</sup> Com a aprovação da Lei nº 8.662/1993, que revogou a Lei nº 3.252/1957, as designações passaram a ser Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). No decorrer do texto são utilizadas as novas designações.



Os conselhos profissionais, nos seus primórdios, constituíram-se como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se configuravam como um espaço coletivo de interlocução. A fiscalização restringia-se à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Os documentos e dados históricos registram que tais características também marcaram a origem dos conselhos no âmbito do Serviço Social.

A concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos acrícos e despolitizados ante as relações econômico-sociais. A concepção conservadora da profissão também estava presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975: "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975" (BARROCO, 2001, p. 95)

O Serviço Social, contudo, já vivia o movimento de reconceituação e um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social foi assumido no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado em São Paulo, em 1979. Ele é conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, "pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CFESS, 1996).

A partir de 1983, na esteira do novo posicionamento da categoria profissional, teve início um amplo processo de debates conduzido pelo CFESS visando a alteração do Código de Ética vigente desde 1975. Desse processo, resultou a

aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que superou a "perspectiva a-histórica e a-crítica onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe" (CFESS, 1986). Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a *ética da neutralidade* e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente.

Em que pese esse significativo avanço, já em 1991, o Conjunto CFESS/CRESS apontava a necessidade de revisão desse instrumento para dotá-lo de "maior eficácia na operacionalização dos princípios defendidos pela profissão hoje" (CFESS, 1996). Essa revisão considerou e incorporou os pressupostos históricos, teóricos e políticos da formulação de 1986, e fez avançar a reformulação do Código de Ética Profissional, concluída em 1993.

A nova Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993) veio coroar esse movimento de construção das novas competências profissionais. A nova legislação assegurou à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, pois define com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social. Inovou também ao reconhecer formalmente os Encontros Nacionais CFESS/CRESS como o fórum máximo de deliberação da profissão (CFESS, 2009).

Além desses importantes instrumentos normativos há que se ressaltar a existência de outros que dão suporte às ações do conjunto CFESS/CRESS para a efetivação da fiscalização do exercício profissional <sup>23</sup>. Nessa perspectiva, o conjunto

---

<sup>23</sup> Trata-se do Estatuto do conjunto CFESS/CRESS, dos Regimentos Internos, do Código Processual de Ética, do Código Eleitoral, dentre outros, além das resoluções do CFESS que disciplinam variados aspectos do exercício profissional.

redimensiona a concepção de fiscalização, compreendendo a sua centralidade como eixo articulador das dimensões políticas, formativas e normativas. A fiscalização passa a ter o caráter de instrumento de luta capaz de politizar, organizar e mobilizar a categoria na defesa do seu espaço de atuação profissional e dos direitos sociais.

Fundamentado em uma política nacional de fiscalização, o CFESS estruturou-se em dois grandes eixos: um que busca defender e valorizar a profissão, dando visibilidade à intervenção profissional e a qualificando, e outro que se conecta com as lutas da classe trabalhadora em defesa da ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa.

Em seu novo movimento de organização política, a categoria discute questões essenciais, como o sincretismo teórico e a indiferenciação da prática profissional. Na agenda profissional, é incluído o debate sobre a relação entre organização, consciência, democracia política, cultura política e profissional como desdobramento das reflexões sobre a gênese e o significado social da profissão no capitalismo monopolista (FARIA, 2003). Essa dinâmica assinala a evolução dos nexos da agenda socioprofissional com a produção do conhecimento acadêmico e científico na conjuntura sócio-histórica latino-americana, e nas particularidades da trajetória da profissão do Serviço Social no Brasil.

O Serviço Social brasileiro, para responder ao desafio apresentado diante da complexidade das novas formas de expressões da questão social na

---

contemporaneidade, resultante da radicalização das contradições e antagonismos em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007), tem na organização e nas entidades da categoria profissional seu suporte para fortalecer e consolidar o movimento de *intenção de ruptura* (NETTO, 1992) com o conservadorismo.

A profissionalidade<sup>24</sup> do Serviço Social expressa-se em uma nova institucionalidade, formulada na construção de estratégias e de uma nova competência socioprofissional, como uma profissão interventiva, que tem na crítica de seu próprio objeto de intervenção, os fundamentos para a construção de uma instrumentalidade que forneça um arsenal profissional capaz de enfrentar as expressões da tensão na relação capital e trabalho em tempos de banalização da vida humana e de radicalização da alienação sob a hegemonia do capital financeiro (IAMAMOTO, 2007).

---

<sup>24</sup> Profissionalidade é entendido como o modo particular de uma profissão inser-se no conjunto das relações sociais, expresso no significado social e no diálogo que estabelece com o projeto societário mais amplo. A profissão expande-se do espaço ocupacional (conjunto de competências e responsabilidades no emprego) para o espaço sócio-ocupacional (significado e diálogo no conjunto das relações sociais).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tem na apreensão das transformações societárias, em curso na transição dos séculos XX e XXI, na particularidade da profissão do Serviço Social, seu objetivo primordial. Buscou-se investigar as mediações que vinculam essas transformações ao exercício profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia-GO.

Esse caminho metodológico exigiu a compreensão da categoria trabalho e de suas mediações no movimento de reprodução do capital em suas determinações históricas.

O movimento do capital mundializado (CHESNAIS, 1996) e o novo padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1998) recolocam em outros patamares as contradições e antagonismos da ordem burguesa no período histórico de transição dos séculos XX e XXI.

A reprodução ampliada da acumulação de capital pela introdução de novas tecnologias, e as mudanças nas configurações da divisão social do trabalho aumentam as forças produtivas do trabalho social, modificando a composição técnica do capital. O capital variável torna-se cada vez menor em relação ao capital constante, refletindo-se na composição do valor do capital e aprofundando a tendência de queda da taxa média de lucro (MARX, s/d).

O desenvolvimento da contradição imanente ao modo de produção capitalista tem exigido mudanças nos padrões de acumulação, como resposta à mudança na composição orgânica do capital, metamorfoseando a relação entre capital e trabalho.

A crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano e a reestruturação “produtiva” do capital são expressões desse movimento contraditório da reprodução ampliada do capital (ANTUNES, 1999).

As transformações no mundo do trabalho, geradoras de uma contextualidade em que se desenvolvem autênticas transformações societárias (HOBSBAWM, 1995; OLIVEIRA, 1996; ANTUNES, 1998; HARVEY 1998), decorrem das respostas do capitalismo monopolista ao quadro crítico de acumulação de capital, marcado por um desenvolvimento lento e por uma superprodução endêmica em uma longa onda com tonalidade recessiva (MANDELI, 1990; CHESNAIS, 1996).

A constituição de um novo padrão de acumulação flexível (HARVEY, 1998) tem sido caracterizada pela intensificação da precarização do trabalho, acompanhado de uma proliferação do desemprego estrutural. As novas condições históricas têm incidido nas relações entre o Estado e a sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os padrões de regulação social na contemporaneidade. O conjunto de modificações na esfera produtiva incide sobre as formas de gestão das forças de trabalho e, conseqüentemente, sobre as políticas sociais.

A agudização das expressões da *questão social* apontam uma nova configuração da reposição da *factualidade* alienada (NETTO, 1981) com que o sistema produtor de mercadorias mistifica as relações sociais em todas as instâncias e níveis sociais.

As manifestações da precarização no objeto e nas condições de trabalho dos assistentes sociais são expressões da precarização do trabalho característico do modo flexível de acumulação.

Para apreender a processualidade da ação profissional dos assistentes sociais, exigiu-se o trânsito da análise dos fundamentos para o efetivo exercício profissional, investigando os desafios e demandas cotidianas apresentadas aos profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A pesquisa de campo possibilitou investigar e apreender aspectos reveladores das dimensões do exercício profissional nas novas condições sócio-históricas. No entanto, as novas contradições e antagonismos da dinâmica do capital em seu novo padrão de acumulação flexível, exigiu que se priorizassem as mediações que conectam as expressões da precarização do trabalho à condição de trabalhador assalariado dos assistentes sociais.

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho.

Trata-se da materialidade das novas condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica nas expressões da *questão social*.

As novas demandas apresentadas à profissão do Serviço Social, em tempo de hegemonia do capital financeiro e do padrão flexível, são manifestações fenomênicas das contradições e antagonismos da sociedade burguesa, repostas em um outro patamar. As novas expressões da *questão social* interferem não só na condição de trabalhador do assistente social, como redesenha seu próprio objeto de intervenção profissional. No enfrentamento da recomposição do valor na composição do capital, o novo padrão de acumulação cria novos padrões de regulação.

Trata-se de um contexto de regressão de direitos e de desmonte do sistema público de proteção social, desafiando os assistentes sociais em seus princípios e diretrizes construídos na dinâmica da trajetória de ruptura com o conservadorismo na profissão, e de consolidação de um projeto ético-político profissional comprometido com a universalidade de direitos e com a emancipação do sujeito social.

A pesquisa revelou que as novas condições sócio-históricas exige uma profissionalidade que expresse uma nova institucionalidade. Portanto, os assistentes sociais, têm na consolidação da sua competência socioprofissional, alicerçada em uma consistente referência teórica, que permita a apreensão das mediações presentes entre a singularidade dos sujeitos da ação profissional e a universalidade de suas determinações, a construção de uma instrumentalidade que potencialize o exercício profissional na direção dos princípios e diretrizes expressos na processualidade histórica de construção do projeto ético-político profissional e pela organização da categoria e de suas entidades representativas.

A organização e as entidades representativas da categoria profissional consolidaram avanços na construção de uma profissionalidade que potencializa e



desafia o cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, a responderem as demandas profissionais mediadas pelas demandas institucionais.

A pesquisa de campo realizada com os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em Goiânia-GO tem um conteúdo que extrapola as análises desenvolvidas. A dinâmica do exercício profissional em seu cotidiano, reveladora de uma profissionalidade permeada de contradições e desafios, e as construções de respostas e estratégias sócio-profissionais pelos assistentes sociais, é conteúdo da pesquisa ainda a ser desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. et al (orgs.). *Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global*. Maringá/PR: Práxis, 2006.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. A Centralidade do Trabalho Hoje. In: *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. e SILVA, M. A. M. (orgs.). *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez, 2001.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. Biblioteca Básica/Serviço Social, v. 2. São Paulo: Cortez, 2006).
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CARVALHO, A. M. P. *A questão da transformação e o trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1984.
- CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1986.

\_\_\_\_\_. "Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *Instrumento de Fiscalização do Exercício Profissional do Serviço Social*. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Estrutura / Atuação – Frentes de Atuação e Comissões de Trabalho. Disponível em [http://www.cfess.org.br/estrutura\\_frentes.php](http://www.cfess.org.br/estrutura_frentes.php) . Consultado em 04/07/2009.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CRESS/SP. *Legislação Brasileira para o Serviço Social*. São Paulo: O Conselho, 2004.

DEMO, P. *Avaliação Qualitativa*. 8ª ed. Autores Associados, Campinas, SP, 2005.

FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Saber Profissional e Poder Institucional*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *A política Social do Estado Capitalista*. São Paulo, Cortez, 1980.

FARIA, S. *Serviço Social e o "Mundo do Trabalho" – Balanço da Produção dos Cursos de Mestrado – 1990/1995*. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: PUC – SP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro*. Tese (Doutorado) – São Paulo: PUC – SP, 2003.

FIGUEIREDO, R. Curso de Bioestatística. In: *Epidemiologia e Bioestatística*. Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador – CEST. Professor Titular: Victor Wünsch Filho. Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FREDERICO, C. *O Jovem Marx: 1843-44. As Origens da Ontologia do Ser Social*, São Paulo: Cortez: 1995.

FREITAS, M. C. (org.). *A Reinvenção do Futuro – Trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GENTILI, R. M. L. *Identidade Profissional do Serviço Social: diversidade e pluridade*. São Paulo, PUC, 1994.

GRAMSCI, A. “Americanismo e Fordismo”. In: *Cadernos do Cárcere*, vol. 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade do Serviço Social*. 2ª ed. Cortez: São Paulo, 1999.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Condição Pós-Moderna*, 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social na Contemporaneidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. A Questão Social. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

LÉNINE, V. I. *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa – Moscovo: Avante, 1984.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. *O Capitalismo tardio*. Coleção Os Economistas. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª Ed., São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *A crise do capital*. Campinas - São Paulo: Ensaio – Unicamp, 1990.

MARX, K. *O Capital*. Volume I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [s.d.].

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro 1, capítulo VI (inédito), ed. brasileira, trad. de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Texto integral. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, 9ª ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Álvaro Pina, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MESZAROS, I. *Para além do capital*. S. Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: BoiTempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – ABRASCO, 1992.

MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 23ª ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

NAPOLEONI, C. *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *Razão, ontologia e práxis*. In: *Serviço Social & Sociedade*, nº 44, ano XV, São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Transformações Societárias e Serviço Social*. In: *Serviço Social & Sociedade*, nº. 50, ano XVII, São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e serviço social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2006 b.

OLIVEIRA, M. A. (org.) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: Novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

PETRAS, J. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

RESENDE, A. C. A. *Para a Crítica da Subjetividade Reificada*. Goiânia: Editora UFG, 2009.

ROMERO, D. *Marx e a Técnica: estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOARES, L.T.R. *O Desastre Social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SWEEZY, P. M. *Teoria del desarrollo capitalista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

SWEEZY, P. M. e BARAN, P. A. *El Capital Monopolista*. 19ª ed., México: *siglo veintiuno editores*, 1986.

TEIXEIRA, F. e OLIVEIRA, M. (orgs.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva - As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez/UECE, 1995.

VASAPOLLO, L. *O Trabalho Atípico e a Precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO); São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANA, M. J. F. *A assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar – prevalência da provisão plural ou mista, porém não pública. Tese (Doutorado). Brasília: SER/UnB, 2007.*

YAMAMOTO, O. H. *Marx e o Método*. Moraes: São Paulo, 1994.

## ANEXO 1



*CRESS em Movimento Ética, Trabalho e Organização*  
19ª Região-Goiás  
Triênio 2008-2011

## Termo de Consentimento Livre/Autorização e Esclarecimento

Eu **Neimy Batista da Silva**, conselheira presidente, que abaixo subscrevo, autorizo o pesquisador **George Francisco Ceolin**, aluno regular no Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, matrícula: 2008.1098.001.0018 sob orientação da Profa. Dra. Sandra de Faria, realizar a pesquisa: *As Transformações no Mundo do Trabalho e suas Implicações na Profissão do Serviço Social na Transição dos Séculos XX e XXI*, junto ao (órgão/instituição): **Conselho Regional de Serviço Social, CRESS 19ª Região-Goiás**. Bem como, a pesquisa documental, empírica e oral que se fizerem necessárias ao desenvolvimento da referida pesquisa.

Goiânia, 25/ 08/2009.

Assinatura/Autorizo do responsável pela Instituição: Neimy Batista da Silva  
Neimy Batista da Silva

Assinatura da pesquisadora responsável: \_\_\_\_\_  
George Francisco Ceolin

Assinatura da Orientadora: Sandra de Faria  
Profa. Dra. Sandra de Faria.

## Informações sobre a Pesquisa:

Título do projeto: *As Transformações no Mundo do Trabalho e suas Implicações na Profissão do Serviço Social na Transição dos Séculos XX e XXI*. Pesquisador responsável: Mestrando – George Francisco Ceolin Telefones: 0(62) 91378165 ou 0(62)33714736. e-mail: [georgeceolin@yahoo.com.br](mailto:georgeceolin@yahoo.com.br); Orientadora: Profa. Dra. Sandra de Faria.

Em caso de dúvida, poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelo telefone: (62) 3946-1071.

(Via Institucional)





UNIVERSIDADE  
**Católica**  
DE GOIÁS

ANEXO 2

PRÓ-REITORIA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário  
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010  
Goiânia • Goiás • Brasil  
Fone: (62) 3946.1071 • Fax: (62) 3946.1073  
www.ucg.br • prope@ucg.br


## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Projeto: **AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO HISTÓRICO DE TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX E XXI**, coordenado pelo (a) pesquisador (a) **George Francisco Ceolin** foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás (CEP-SGC/UCG) sob o **CAAE 3546.0.000.168-09**, em **01/09/2009** e **aprovado** em **08/10/2009**.

- CEP-SGC/UCG pode, a qualquer momento, fazer escolha aleatória de estudo em desenvolvimento para avaliação e verificação do cumprimento das normas da Resolução 196/96 (Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa – item 13).
- Informamos que é obrigatório a entrega do relatório de pesquisa, conforme a categoria de pesquisa realizada, em cumprimento da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.
- modelo de relatório de pesquisa se encontra no site do Comitê de Ética <http://agata.ucg.br/formularios/ucg/prope/pesquisa/home/index.asp>

### **Categorias de pesquisa**

TCC: Final da pesquisa  
Especialização: Final da pesquisa  
Mestrado: Relatório anual  
Doutorado: Relatório anual  
Outros: Relatório anual

  
Prof. Dr. José Rodrigues do Carmo Filho  
Coordenador do CEP-SGC/UCG

Goiânia, 08 de outubro de 2009.

**ANEXO 3****UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRITUS SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO DE PARTICIPAÇÃO  
NA PESQUISA**

O/A sr (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa que estuda a prática profissional dos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais no município de Goiânia. Esta é parte integrante da dissertação de Mestrado em Serviço Social/UCG. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelo telefone (62) 3946 -1071. Para uma maior compreensão desse processo é prestado os seguintes esclarecimentos:

- 

**•INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

**Título do projeto:** *Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI.*

**Orientadora/Pesquisadora participante:** Profª Drª Sandra de Faria.

Telefones para contato: 0(xx) 62 39461237 ou 0(xx) 62 39461061.

E-mail: sandra.f@ucg.br

**Pesquisador Responsável:** George Francisco Ceolin.

Telefone para contato: 0(xx) 62 91378165 ou 0(xx) 62 33714736.

E-mail: georgeceolin@yahoo.com.br

Esta pesquisa será realizada por George Francisco Ceolin, aluno regular no Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, sob n.º de matrícula: 2008.1098.001.0018, com a finalidade de conhecer a ação profissional dos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais situados no município de Goiânia.

## 1 Objetivos:

### 1 Geral:

- Compreender os impactos das transformações societárias decorrentes da reestruturação produtiva do capital na ação profissional dos Assistentes Sociais.

### 2 Específicos:

- Investigar a processualidade do trabalho profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais no município de Goiânia, nas novas condições sócio-históricas de transformações societárias fundadas no mundo do trabalho, nas décadas de 1990 e 2000.

- Analisar como os Assistentes Sociais estão apreendendo as demandas postas à profissão na conjuntura histórica contemporânea e quais respostas e estratégias estão sendo construídas pela categoria.

2. Participantes da pesquisa: Assistentes Sociais em exercício de sua atividade profissional nos espaços sócio-ocupacionais no município de Goiânia, devidamente inscritos no CRESS 19ª Região – Goiás, e Assistentes Sociais conselheiras do CRESS 19ª Região – Goiás. A relação com estes sujeitos basear-se-á no respeito profissional a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social, cabendo a qualquer profissional, caso se sinta lesado, recorrer judicialmente.

3. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o (a) sr (sra) permitirá que a pesquisador George Francisco Ceolin, utilize as informações com ética e respeito. O/A sr (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda prosseguir participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o (a) sr

(sra.). Sempre que julgar necessário deve solicitar mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone (62) 3261-6720 e/ou dos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás e/ou Núcleo de Estudo de Pesquisa Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC) do PPSS/UCG.

4. Duração da Pesquisa: A previsão de duração da pesquisa é de três meses (de outubro a dezembro de 2009), podendo, em caso de eventualidades, ser modificado mediante o prévio comunicado e aceite dos participantes.

5. Sobre as entrevistas: Serão realizadas individualmente, com agendamento prévio, conforme disponibilidade do entrevistado. A identificação dos participantes será mantida em sigilo e seus nomes serão substituídos por códigos alfabéticos para preservar sua identificação. O sujeito da pesquisa terá conhecimento prévio do questionário que será aplicado por meio de entrevistas não gravadas.

6. Riscos e desconforto: Toda e qualquer pesquisa com seres humanos está sujeita a riscos, dentre os quais se pode prever o risco do discurso ideológico-político influenciar na análise e o não acesso a documentos fundamentais à pesquisa dentre outros. Porém, teremos o maior cuidado no sentido de evitar constrangimentos e situações vexatórias. Sua participação é livre e, não lhe trará nenhuma complicação de qualquer natureza, seja de ordem legal, trabalhista / previdenciária, situação que provoque maus tratos, afronte ou constrangimento que possa lhe prejudicar. Assumimos o compromisso quanto a qualquer prejuízo, desconforto, danos que podem ser provocados pela pesquisa, à inutilização dos instrumentos utilizados para coleta dos dados. A aplicação do questionário não expõe sua integridade física, sua dignidade humana e qualquer tipo de humilhação e preconceito, seja de ordem psicológica ou econômica.

7. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e analisados a luz do Serviço Social, nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade dos sujeitos colaboradores desta pesquisa. Declaramos haver por parte do pesquisador, compreensão quanto ao cumprimento dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos,

dentre outros, sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade. Sendo assim, há compromisso assegurado a todo sujeito participante: confidencialidade, privacidade, anonimato e proteção da imagem e não estigmatização, sendo excluído qualquer tipo de simulação/fraude, dependência, subordinação ou intimidação. Asseguramos também aos possíveis integrantes, total liberdade em participar ou não desta pesquisa, sem que haja qualquer tipo de penalidade ou constrangimento. A execução desse projeto inicia somente após aprovação pelo Comitê de Ética indicado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) no momento de seu registro. Todo material proveniente dos questionários será sistematizado e submetido à apreciação e liberação do entrevistado.

8. Benefícios: ao participar desta pesquisa o (a) sr (sra) não terá nenhum benefício pessoal direto. Entretanto, espera-se que este estudo possa subsidiar e aprofundar os debates, reflexões e decisões sobre o exercício da prática profissional mediante o acúmulo de conhecimento que será fornecido a partir desta pesquisa e possa contribuir na construção de uma política pública pautada nos princípios da universalização de acesso, equidade, democracia e direitos de cidadania resultante do processo de articulação das diversas políticas sociais e de toda a sociedade.

9. Pagamento: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

10. Destinação dos Resultados: Os resultados ficarão disponíveis no PPSS/NUPESC/UCG, na Biblioteca Central/UCG, e no CRESS 19ª Região – Goiás.

11. Destinação do material: As informações dos questionários serão utilizadas na construção de uma dissertação de mestrado e artigos. Os questionários aplicados, após análise, serão arquivados no CRESS 19ª Região – Goiás. O acompanhamento da pesquisa se dará pela atuação profissional do presente pesquisador e demais profissionais conselheiras do CRESS 19ª Região – Goiás, bem como de outros profissionais que manifestarem interesse. Após cinco anos arquivados os questionários utilizados na coleta de dados serão incinerados.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Assim sendo preencha, por favor, os itens que se seguem:

- Consentimento Livre e Esclarecido: considerando os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Goiânia, \_\_\_ / \_\_\_ /2009

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Orientador

(Via do participante/entrevistado)

**ANEXO 4**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO *STRITUS SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**NÚCLEO DE ESTUDO PESQUISA ESTADO SOCIEDADE E CIDADANIA/NUPESC**

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_  
RG N.º \_\_\_\_\_ SSP- \_\_\_\_\_ CRESS N.º \_\_\_\_\_ - GO,  
abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da pesquisa intitulada:  
*Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI.*

Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisador/entrevistador: George Francisco Ceolin, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade à minha pessoa.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

(Via do pesquisador)

## ANEXO 5

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**NÚCLEO DE ESTUDO PESQUISA ESTADO SOCIEDADE E CIDADANIA**  
**(NUPESC)**

### Roteiro estruturado de entrevista com assistentes sociais

Hora de início:

#### I. Perfil Profissional

1. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Ano de formação: \_\_\_\_\_

4. Instituição de Ensino: ( ) UCG ( ) Outra. Especificar: \_\_\_\_\_

5. Natureza da instituição empregadora:

Privada: ( ) Lucrativa ( ) Filantrópica

Terceiro Setor: ( ) ONG ( ) OSCIP

Pública: ( ) Pública municipal ( ) Pública estadual ( ) Pública federal

Outra ( ). Especificar: \_\_\_\_\_

6. Área de atuação na instituição:

( ) criança e adolescente ( ) emprego e renda ( ) saúde

( ) assistência social ( ) previdência ( ) educação

( ) esporte e lazer ( ) habitação ( ) sócio-jurídico

( ) família ( ) recursos humanos ( ) deficientes

( ) meio ambiente ( ) assessoria ( ) ensino e pesquisa ( )

Outra. Especificar: \_\_\_\_\_

7. Cargo ocupado na Instituição: \_\_\_\_\_

8. Tipo de vínculo empregatício:

( ) contrato por tempo indeterminado ( ) contrato por tempo determinado



servidor estável  Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

8.1 Possui outro vínculo empregatício  não  sim. Especificar:

9. Jornada de trabalho semanal: \_\_\_\_\_

10. Renda Familiar:

até 3 SM  + 3 a 6 SM  + de 6 a 9 SM  acima de 9 SM

10.1 Renda total profissional:

até 3 SM  + 3 a 6 SM  + de 6 a 9 SM  acima de 9 SM

11. Tempo de atuação profissional na instituição: \_\_\_\_\_

12. Tempo de atuação como Assistente Social: \_\_\_\_\_

13. Formação Profissional:

Aperfeiçoamento  Completou  Cursando \_\_\_\_\_

Especialização "*latu sensu*"  Completou  Cursando \_\_\_\_\_

Mestrado "*strictu sensu*"  Completou  Cursando \_\_\_\_\_

Doutorado  Completou  Cursando \_\_\_\_\_

Outra Graduação:  não  sim. Especificar: \_\_\_\_\_

14. Participa ou participou de direção de órgãos da categoria?  não  sim

Quando (ano)? \_\_\_\_\_ Especificar: \_\_\_\_\_

15. Participa ou participou das atividades realizadas pelos órgãos da categoria:

Semana de Serviço Social. Ano:

Curso/Oficina. Ano:

Assembléia. Ano:

Congresso Nacional. Ano:

Congresso Internacional. Ano:

Outras. Especificar: \_\_\_\_\_

16. Participa de órgãos, conselhos ou movimentos sociais?

não  sim Quais?

---

## II. A Profissão do Serviço Social

18. Qual a demanda da instituição posta ao Serviço Social (finalidade da instituição ao contratar o Serviço Social)?

---

---

---

19. Caracterize o público atendido pelo Serviço Social na instituição?

---

---

---

---

20. Quais as demandas sociais que são postas pelos usuários do Serviço Social?

---

---

---

---

21. Quais os serviços e/ou programas oferecidos pela instituição ao público atendido pelo Serviço Social?

---

---

---

---

22. Quais as principais atribuições (privativas ou não) desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição?

---

---

---

---

---

23. Quais os objetivos do Serviço Social na instituição?

---

---

---

---

24. Quais desses objetivos têm sido atingidos?

---

---

---

---

25. Quais objetivos não foram alcançados?

---

---

---

---

26. Caracterize os instrumentais técnicos e operacionais utilizados pelo Serviço Social no exercício profissional?

---

---

---

---

27. Esses instrumentais foram construídos pelo Assistente Social ou são definidos pela instituição ou programa?

---

---

---

28. Que tipos de pesquisas são desenvolvidas pelo Serviço Social no exercício profissional?

---

---

---

29. Como é o planejamento das ações desenvolvidas pelo Serviço Social? Qual sua periodicidade?

---

---

---

30. Como são registradas as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição (quantitativa e qualitativa)?

---

---

---

31. Quais autores é referência para sua ação profissional?

---

---

---

32. Que outros profissionais participam nas atividades desenvolvidas nas áreas de atuação do Serviço Social?

---

---

---

33. Existe uma avaliação dessas ações pelo conjunto desses profissionais? Qual sua periodicidade?

---

---

---

### III. Exercício Profissional

34. Caracterize a autonomia do Serviço Social nas decisões relativas à sua prática profissional na instituição?

---

---

---

35. Em sua opinião a legislação e resoluções da profissão respaldam o cotidiano do exercício profissional?

sim       não. Justifique: \_\_\_\_\_

---

36. Você teve acesso às publicações do CFESS/CRESS sobre os parâmetros de atuação do Assistente Social?

sim       não

37. Você tem acesso as Resoluções do CFESS sobre o exercício profissional do Assistente Social?

sim       não       às vezes

38. Seu espaço de trabalho é compatível para a garantia do sigilo profissional?

sim    não       em termos. Especifique: \_\_\_\_\_

---

---

39. O local de atendimento aos usuários tem adequação física e os recursos necessários?

sim    não       em termos. Especifique: \_\_\_\_\_

---

---

40. Quais são os resultados da ação profissional do Serviço Social junto à população alvo dessa ação (significado social da profissão)?

---

---

---

41. Caracterize a dimensão político-pedagógica de sua prática profissional.

---

---

---

#### **IV. Condições Sócio-históricas**

42. Caracterize o processo de precarização da formação e do exercício profissional?

---

---

---

43. Quais os principais traços desse processo no seu espaço ocupacional?

---

---

---

44. Quais os impactos da terceirização e ou da privatização característicos desse período histórico nas áreas de atuação do Serviço Social na instituição?

---

---

---

45. Quais as conseqüências dos cortes orçamentários e diminuição de benefícios e serviços nas áreas de atuação do Serviço Social na instituição?

---

---

---

46. Como tem se configurado a flexibilização de direitos e de jornada e as demais condições de trabalho na relação de emprego dos assistentes sociais na instituição?

---

---

---

47. Quais mudanças têm ocorridas nos campos de atuação da profissão do Serviço Social em função dessas novas condições sócio-históricas (novas demandas)?

---

---

---

48. Quais novas atribuições têm sido exigidas da profissão do Serviço Social?

---

---

---

#### **V. Respostas e Estratégias Profissionais**

49. Como você tem respondido à ofensiva de precarização das condições e relações de trabalho?

---

---

---

50. Que estratégias são utilizadas no exercício profissional para alcançar os objetivos proposto pelo Serviço Social frente esses limites impostos pelas condições e relações de trabalho?

---

---

---

51. Quais são os limites e os desafios encontrados no exercício profissional perante os compromissos profissionais assumidos no Projeto Ético-Político da categoria

(materializado especialmente na lei de regulamentação e no código de ética da profissão)?

---

---

---

---

---

---

52. Livres Considerações do entrevistado: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

Hora de término:

Goiânia,    /    /

---

Assinatura do entrevistador

---

Rubrica da (o) Entrevistada (o)



## ANEXO 6

## INSTRUMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

<b>1. Perfil Profissional</b>	
Área atuação:	
Natureza Instituição:	
Cargo:	Nível Formação:
Ano de Formação:	IE:
Renda Profissional:	Renda Familiar:
Tempo atuação profissional (anos):	Tempo atuação instituição (anos):
Participação atividades categoria:	
Participação conselhos e movimentos:	

<b>2. Relações de trabalho</b>	
Tipo de vínculo:	Jornada trabalho (hs/sem):
Outros vínculos:	

<b>3. Profissão do Serviço Social</b>
Demanda institucional:
Demanda social:
Caracterização do público alvo:
Serviços e Programas:
Objetivos SS instituição:
Atribuições profissionais:
Objetivos alcançados:
Objetivos não alcançados:

Significado Social da Profissão:
Autores de referência:

<b>4. Exercício Profissional</b>
Instrumentais técnicos/operacionais:
Construídos ou postos:
Pesquisas desenvolvidas:
Planejamento:
Registros:
Equipe multiprofissional:
Avaliação de equipe:
Autonomia profissional:
Legislação e Resoluções (dimensão normativa e disciplinadora):
Acesso aos parâmetros de atuação profissional:
Acesso as Resoluções do CFESS sobre exercício profissional:
Condições de trabalho (recursos e sigilo):
Dimensão político-pedagógica:

<b>5. Condições Sócio-Históricas</b>
Precarização da formação:
Precarização do exercício profissional:
Precarização das condições e relações de trabalho:
Novas demandas:

Novas atribuições:
--------------------

<b>Respostas e Estratégias Profissionais</b>
--

Respostas à precarização trabalho profissional:
---

Estratégias profissionais:
----------------------------

Limites e desafios do PEP:
----------------------------

<b>Considerações Livres</b>
-----------------------------

## ANEXO 7

### Memória de Atividades Acadêmicas e Científicas em Pós-Graduação

A temática que constitui objeto deste projeto de pesquisa é decorrente de um processo de desafios e respostas construídos ao longo da experiência profissional do pesquisador no Estado de São Paulo, seja na docência acadêmica do Serviço Social, seja na intervenção profissional junto às demandas postas pelos sujeitos da prática profissional nas instituições de atendimento direto.

A busca pela efetivação de direitos, norteadas pelas diretrizes do Projeto Ético – Político Profissional, frente a uma realidade caótica de constantes transformações societárias caracterizadas pela negação de direitos e de valores da própria existência humana, apresenta-se como desafio que exige uma compreensão crítica-analítica que permita pensar estratégias sócio-profissionais que dêem conta de responder às problemáticas emergentes.

Nesse processo, iniciou-se a participação em seminários científicos, em colóquios da Rede do Trabalho e em cursos de métodos e técnicas de pesquisa social, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp – “Júlio de Mesquita Filho”, em 2004, ano que foi assumida efetivamente a docência acadêmica como campo de pesquisa e trabalho do pesquisador. Nos anos seguintes, deu-se continuidade cursando as disciplinas *Trabalho e Globalização (90 horas/aula)*, *Trabalho, Sociabilidade e Ciberespaço ((90 horas/aula)*, e *Sociedade, Tecnologia e Trabalho Imaterial (30 horas/aula)*, como aluno especial do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp – “Júlio de Mesquita Filho”.

Com o aprofundamento possibilitado por essa trajetória, na investigação e compreensão da teoria social e das transformações do mundo do trabalho, a mudança do pesquisador para o Estado de Goiás veio ao encontro no

desenvolvimento desse processo de investigação da realidade social e de construção de estratégias que responda às novas demandas da profissão.

Nesse sentido, deu-se início a participação no Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás (PPSS) – hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), em 2007, cursando a disciplina *Teoria Social e Serviço Social (60 horas/aula)* na condição de aluno extraordinário.

O ingresso no PPSS da PUC Goiás, em 2008, possibilitou o desenvolvimento desse processo com a conclusão das disciplinas:

- Movimentos Sociais: concepções, expressões e tendências (2008);
- Expressões Urbanas (2008);
- Política Social (2008);
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social (2008);
- Processo de Construção do Conhecimento (2009);
- Processo Histórico e Teórico-Metodológico do Serviço Social (2009);
- Seguridade Social: Gestão, Financiamento e Controle Social (2009).
- Orientação

As atividades acadêmicas e científicas no período em curso no PPSS da PUC Goiás ainda incluem:

- Participação em palestra proferida pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Yolanda Guerra (UFRJ) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Helena Stein (CFESS) durante o XIII Encontro Descentralizado do CFESS Região Centro-Oeste, em Goiânia (2008);

- Participação no Colóquio Comemorativo: Direitos Humanos e no V Seminário: problemas do Estado democrático contemporâneo, em Goiânia (2008);

- Participação no XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – XI ENPESS, em São Luis – MA (2009), com apresentação dos seguintes trabalhos:

- “Reestruturação produtiva do capital globalizado e os desafios do trabalho profissional do serviço Social” – Oficina de projetos de dissertação;

- “Reestruturação produtiva do capital globalizado e suas implicações no trabalho profissional do serviço Social” – Comunicação Oral.

- Participação na XXVI Semana do Assistente Social, em Goiânia (2009);
- Participação no III Seminário Científico Internacional: Teoria Política do Socialismo – Gyorgy Lukács e a emancipação humana, Unesp – campus de Marília – SP (2009), com apresentação oral do trabalho:
  - “Miséria da Razão”: a desqualificação da razão enquanto processo de apreensão objetiva e global da realidade.
- Participação no mini-curso: Fundamentos Ontológicos do Trabalho, ministrado pelo Prof. Sérgio Afrânio Lessa, em Marília – SP (2009);
- Participação como conferencista no II Congresso de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Cidade de Goiás, UFG – campus de Goiás (2009).
- Exame de qualificação da dissertação (2010).

C398t Ceolin, George Francisco.

Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do serviço social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI / George Francisco Ceolin. – 2010. 150 f.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

“Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra de Faria”.

1. Serviço social – profissão – trabalho – fetichismo – alienação. 2. Assistente social – trabalho – séculos XX e XXI – Goiânia (GO). I. Título.

CDU: 364.442.2(817.3)(043.3)  
364.442.2-051